



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – DCH III  
CURSO DE JORNALISMO EM MULTIMEIOS

MEMORIAL LIVRO-REPORTAGEM  
DEPOIS DO SILÊNCIO

Narrativas de mulheres negras vítimas de violência doméstica de Juazeiro-BA durante a  
pandemia da Covid-19

JUAZEIRO - BA  
DEZEMBRO/2025

YANNE CAROLINA DE SOUZA NASCIMENTO

MEMORIAL LIVRO-REPORTAGEM  
DEPOIS DO SILÊNCIO

Narrativas de mulheres negras vítimas de violência doméstica de Juazeiro-BA durante a  
pandemia da Covid-19

Memorial apresentado como requisito parcial  
para obtenção do grau de Bacharel em  
Jornalismo em Múltiplos Meios pela Universidade  
do Estado da Bahia, com orientação da Profa.  
Especialista Maria Francineide Lima de Souza.

JUAZEIRO - BA  
DEZEMBRO/2025

YANNE CAROLINA DE SOUZA NASCIMENTO  
LIVRO-REPORTAGEM: DEPOIS DO SILÊNCIO


Memorial analítico e descritivo apresentado ao Departamento de Ciências Humanas (DCH), da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus III, Juazeiro - BA, como requisito parcial de avaliação para a obtenção do título de Bacharel em Jornalismo em Múltiplos Meios.

Orientação: Profa. Especialista Maria Francineide Lima de Souza.

Data de Aprovação:


15/12/2025

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente  
 MARIA FRANCINEIDE LIMA DE SOUZA  
Data: 27/02/2026 15:46:44-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Profa. Especialista Maria Francineide Lima de Souza (Orientadora)  
Universidade do Estado da Bahia (UNEB, Campus III, Juazeiro - BA)

Documento assinado digitalmente  
 GRACE LIZ DANTAS BARROS  
Data: 27/02/2026 10:55:44-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Ma. Grace Liz Dantas Barros (Examinadora)

Mestra em Psicologia

---

Profa. Dra. Carla Conceição da Silva Paiva (Examinadora)  
Universidade do Estado da Bahia (UNEB, Campus III, Juazeiro - BA)

JUAZEIRO - BA  
DEZEMBRO, 2025

## Agradecimentos

Eu sempre imaginei como começaria a escrever a tão esperada página de agradecimentos do TCC. Nunca imaginei, no entanto, que fosse ficar sem palavras, mesmo tendo tanto a agradecer. Mas, ainda assim, não posso deixar de fazê-lo. Tenho muito pelo que ser grata.

Acima de tudo, a Deus, por estar sempre comigo, por nunca me deixar desamparada e por ouvir minhas orações.

Aos meus pais, Marineide e Luís, por todo incentivo ao longo da vida, por me mostrarem que a educação sempre será o melhor caminho. Por me sustentarem, me apoiarem nos momentos de incerteza, por aguentarem meus estresses e, ainda assim, me amarem incondicionalmente.

À minha irmã, Juliana, minha melhor amiga, minha defensora nas frias em que me meti, e parte essencial da mulher que sou hoje. Não existe Yanne sem Juliana. Obrigada por me ensinar a dividir, a ter caráter e a rir de mim mesma. Você é, e sempre será, a minha pessoa. E um agradecimento especial por ter lido e editado este livro por *livre e espontânea pressão*.

Aos meus avós, Maria Teodora e Juarez, as luzes da minha vida. Obrigada por simplesmente existirem. Todo o carinho, cuidado e amor de vocês estará para sempre na minha memória, coração e atitudes.

Às minhas tias e tios — Manuel (in memoriam), Marinalva, José, Mário, Marlene, Erasmo (in memoriam), Charla, Josilene e João (in memoriam), por serem mais que tios: por me tratarem e cuidarem como filha, por acreditarem em mim e no meu potencial mesmo quando eu mesma duvidava.

Aos meus primos, João Pedro e Maria Eduarda, por me lembrarem que eu ainda posso andar descalça e brincar como quando éramos crianças.

Ao meu amor e companheiro, Levi, obrigada por não desistir de mim. Por me mostrar que o verdadeiro amor é leve, não arde em ciúmes, não tenta mudar o outro. Por estar ao meu lado nas tardes de escrita, as partidas de fireboy e watergirl, por cuidar de mim quando eu mesma esquecia e por todo o incentivo.

À minha orientadora, Maria Lima, por acreditar no meu projeto, respeitar o meu tempo e compreender que este livro nasceu de uma escuta sensível, mas também de uma dor coletiva. Obrigada por ser, mais do que uma orientadora, uma amiga cuidadosa — pelo consolo quando a escrita pesava, pelas palavras de apoio nos momentos de dúvida e por cada conversa que me fez compreender que escrever também é um ato de cura.

Agradeço a todos os professores da Universidade do Estado da Bahia, em especial à professora Andréa Cristiana, nossa mãe acadêmica — e sei que não falo só por mim ao dizer isso. Obrigada por nos acolher desde o primeiro dia na universidade e por ter me orientado com tanto zelo durante um ano na pesquisa científica.

À professora Carla Paiva, coordenadora do curso de Jornalismo, por nos guiar com pulso firme, mas sempre com o carinho e a sensibilidade necessários para conduzir um curso que forma comunicadores humanos, antes de tudo.

À professora Márcia Guena, por abrir meus olhos para a minha negritude, por me ajudar a aceitá-la sem questionamentos e a reconhecê-la como força. Suas aulas me ensinaram que ser mulher negra é também resistir através da escrita.

A todos os professores que, além de ensinarem a prática jornalística, me ensinaram sobre ética, empatia e humanidade.

À Universidade do Estado da Bahia e a todos que fazem a UNEB acontecer — obrigada por me proporcionarem o espaço e o tempo para ser quem sou hoje.

Aos amigos que dividiram comigo o peso e a beleza dessa caminhada, obrigada por me lembrarem que nenhum sonho se realiza sozinha.

À Gigi, minha amiga de infância, com quem descobri tudo o que sei sobre feminismo. Obrigada, principalmente, por ser a pessoa que esteve comigo, sempre. Nós duas em qualquer tempo verbal: pretérito, presente ou futuro.

À Ana Carolina, obrigada por nunca deixar que 979 km te fizessem ficar longe de mim. Sou grata pelos conselhos, pelas noites em claro assistindo *Sen Çal Kapımı* e *Grey's Anatomy*. Sua amizade é um respiro em meio ao caos.

Às minhas meninas — Beatriz, Nicole, Vitória, Letícia e Irina — por sempre serem colo e abrigo. Obrigada pelas conversas, pelas risadas, pelas fofocas e pelos conselhos. A vida seria bem mais difícil sem vocês por perto. Ainda bem que vocês apareceram.

Um agradecimento especial à Irina (Nina), por ter colocado tanto carinho e tempo na diagramação deste livro — e por fazer isso com o mesmo amor com que me ouviu em cada desabafo.

À Rede de Enfrentamento à Violência Doméstica de Juazeiro (BA), por todo o apoio, paciência e confiança no meu trabalho. Obrigada por terem acreditado em mim e me permitido estar tão próxima — quase morando dentro das instituições.

Um agradecimento especial à Maria Gorete, assistente social do CIAM, por me receber com tanto carinho; à Tenente Tatiane, pela delicadeza e disponibilidade de sempre; ao Cabo Militão, pela ajuda incansável na busca de dados da Ronda Maria da Penha e das personagens; e a todos que abriram as portas e o coração para me acolher.

E, por fim, às mulheres que me confiaram suas histórias.

Obrigada por permitirem que eu as escutasse, com o coração aberto, mesmo quando a dor ainda pulsava. Obrigada pela coragem de transformar o que um dia foi ferida em palavra. Este livro é sobre vocês, mas, sobretudo, de vocês.

**Resumo:**

Este trabalho teve como objetivo compreender como se configuraram os casos de violência doméstica contra mulheres negras em Juazeiro-BA durante a pandemia de Covid-19 (2020–2022), por meio da produção de um livro-reportagem ensaio. A pesquisa adota uma abordagem quali-quantitativa, baseada em revisão bibliográfica, análise de dados e documentos, entrevistas semiestruturadas e utiliza do jornalismo literário para compor a narrativa. O referencial teórico aborda temas como o patriarcado, violência doméstica, pandemia de covid-19 e interseccionalidade. O produto final resultou em um livro-reportagem ensaio composto por 12 capítulos que abordam a atuação da Rede de Enfrentamento à Violência Doméstica em Juazeiro (BA) e conta a história de três mulheres que foram vítimas de Violência Doméstica durante a Pandemia de Covid-19, em Juazeiro (BA).

**Palavras-chave:** Violência Doméstica; Interseccionalidade; Covid-19; Pandemia; Livro-Reportagem

## Sumário

<b>1. Introdução e justificativa</b>	<b>11</b>
1.2. Aproximação com o tema	12
1.3. Violência Doméstica e o contexto da Covid-19	15
1.4. Violência Doméstica e interseccionalidade	18
<b>2. A Rede de Enfrentamento à Violência Doméstica em Juazeiro (BA)</b>	<b>27</b>
2.1. Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher	27
2.2. Ministério Público	28
2.3. Patrulha Maria da Penha	28
2.4. Ronda Maria da Penha	28
2.5. Centro Integrado de Atendimento à Mulher	29
<b>3. Referencial Teórico</b>	<b>29</b>
<b>4. Caminhos da investigação</b>	<b>34</b>
<b>5. Livro-reportagem</b>	<b>41</b>
5.1. As mulheres de pedra	46
<b>6. Considerações finais</b>	<b>48</b>
<b>7. Referências</b>	<b>50</b>
<b>8. Apêndices</b>	<b>56</b>

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

**Centro POP** - Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua

**CIAM** — Centro Integrado de Atendimento à Mulher

**Cicom** — Centro Integrado de Comunicações

**CMDCA** — Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

**CREAS/CREAs** — Centro de Referência Especializado de Assistência Social

**DEAM** — Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher

**FBSP** — Fórum Brasileiro de Segurança Pública

**GAM** — Grupo de Assistência à Mulher

**GRRI** - Grupo Reflexivo de Relações Interpessoais

**IBGE** — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**MP** — Ministério Público

**MPU** — Medida Protetiva de Urgência

**OAB** — Ordem dos Advogados do Brasil

**OMS** — Organização Mundial da Saúde

**PIB** — Produto Interno Bruto

**PM** — Polícia Militar

**RMP** — Ronda Maria da Penha

**SARS-CoV-2** — Coronavírus causador da Covid-19

**Sedes** — Secretaria de Desenvolvimento Social

**SIM** — Sistema de Informações sobre Mortalidade

**SMJ** — Secretaria Municipal da Mulher e Juventude

**TJ-BA** — Tribunal de Justiça da Bahia

**UBM** — União Brasileira de Mulheres

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> – Mulheres Negras com atendimento finalizado – 2020	21
<b>Gráfico 2</b> – Mulheres Negras com atendimento finalizado – 2021	21
<b>Gráfico 3</b> – Mulheres Negras com atendimento finalizado – 2022	22
<b>Gráfico 4</b> – Tipos de Violência Doméstica - 2020	23
<b>Gráfico 5</b> - Tipos de Violência Doméstica - 2021	23
<b>Gráfico 6</b> - Tipos de Violência Doméstica - 2022	24

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> - 10 municípios baianos com mais casos acumulados de Covid-19 (2020-2022)	15
<b>Tabela 2</b> - Casos de Violência Doméstica (2020-2022) - CIAM	18
<b>Tabela 3</b> - Tipificação da Violência Doméstica (2020-2022) - CIAM	19

## 1. Introdução e justificativa

Durante toda a minha graduação em Jornalismo, o tema do Trabalho de Conclusão de Curso sempre foi uma questão que me atormentava. Enquanto alguns colegas tinham convicção desde cedo sobre o que desejavam pesquisar, para mim o processo foi diferente.

Participei de projetos de extensão e de pesquisa justamente na tentativa de encontrar algo que despertasse paixão ou, ao menos, interesse suficiente para se transformar em um problema de pesquisa. Mas nada parecia interessante o suficiente. Esse impasse, somado ao conselho quase obrigatório de que “é preciso escolher um tema de que se goste”, acabou me levando a adiar a decisão por mais tempo do que eu gostaria.

Ainda assim, é importante destacar que minha participação no projeto de pesquisa que buscava analisar a desinformação no período da pandemia, foi fundamental para esse percurso. Foi nele que tive meus primeiros contatos com os impactos da pandemia de Covid-19 no Brasil, especialmente os casos de subnotificação, não apenas da própria doença, mas também de outros problemas sociais já invisibilizados, como a violência doméstica. A experiência também foi essencial para aprimorar minha escrita acadêmica e, em certa medida, me conduziu ao tema que escolhi mais tarde. Mas não foi naquele momento que ele, de fato, surgiu.

Foi durante a disciplina de Teorias e Métodos de Pesquisa que precisei encarar a escolha de um objeto, ainda que de forma embrionária. A estratégia que encontrei foi revisitar mentalmente as disciplinas já cursadas, resgatar aquelas que mais haviam despertado meu interesse e, a partir delas, tentar formular um tema.

Nesse processo, a educomunicação surgiu como primeira possibilidade. Meu projeto inicial buscava desenvolver uma proposta de comunicação para discutir questões étnico-raciais em uma escola periférica de Juazeiro. A ideia era compreender como a instituição trabalha a temática racial, propor oficinas e debates sobre racismo estrutural e, ao final, criar um produto jornalístico em parceria com os estudantes.

A escolha foi principalmente atravessada pela minha própria experiência. Durante toda a minha formação escolar, nunca tive acesso a discussões sobre racismo, e muito do que aprendi sobre a questão racial foi através de coletivos e grupos que discutiam a questão na região. A partir daí, compreendi que o recorte racial jamais poderia estar ausente em qualquer produção minha. A questão racial não é apenas um campo de estudo, é parte da minha vida.

Conduzi toda a disciplina pesquisando e escrevendo sobre isso, finalizando o semestre com um pré-projeto estruturado. Mas, durante as férias, tudo mudou. Percebi que, embora

tivesse interesse no tema racial, aquela escolha não me trazia tanta certeza. Era como se fosse uma decisão tomada por alguém que ainda não sabia bem o que queria pesquisar. Então, entre reflexões e anotações soltas, emergiu a questão do relacionamento abusivo, um tema que eu não apenas conhecia teoricamente, mas que também atravessava minhas vivências mais íntimas.

## **1.2. Aproximação com o tema**

Desde muito nova, já estudava sobre violência de gênero e feminismo. Me considero uma militante da causa. A aproximação com os movimentos sociais de Juazeiro (BA) me fez perceber que esses temas sempre atravessaram a minha vida e, inclusive, minhas experiências pessoais, especialmente no que diz respeito a relacionamentos abusivos.

Ainda na adolescência, vivi uma experiência que só muito tempo depois consegui reconhecer como um relacionamento abusivo. Eu tinha 14 anos, ele 18. A diferença de idade parecia irrelevante naquele momento, mas na prática representava uma diferença de maturidade e poder que definia toda a relação.

O controle se manifestava de formas sutis, comentários sobre minhas roupas, sobre a maneira como eu tirava fotos, sobre quem eu deveria ou não ter por perto. O isolamento não era explícito. A cada vez que ele se afastava, surgiam boatos, mentiras ou verdades distorcidas sobre mim, especialmente em relação à minha aparência. E, quando retornava, havia sempre uma justificativa, uma promessa... Era um reencontro que parecia inevitável.

Esse movimento de idas e vindas, que hoje entendo como um típico “relacionamento iô-iô”, reforçava a “diferença” entre nós. Enquanto ele mantinha a liberdade de se envolver com outras pessoas, a mim cabia a espera e a culpa. Ainda assim, eu acreditava que se tratava de amor e era essa crença que me fazia voltar repetidamente.

Naquele momento, não reconhecia a situação como violência. Como tantas mulheres, normalizava o ciúme, a manipulação e o desrespeito como sinais de afeto. Apenas com o tempo fui capaz de nomear o que antes parecia turbulência de um primeiro amor, era abuso.

Talvez justamente por isso eu soubesse que seria um desafio escrever sobre violência doméstica. Era um tema que me doía, que exigia de mim muito mais do que apenas leitura e pesquisa, e por isso permaneceu adormecido, mesmo antes de ser cogitado seriamente.

Levei essas inquietações para a disciplina de Seminários Avançados. Foi ali, em diálogo com a professora Carla Paiva, que consegui amadurecer a ideia, reorganizar as peças do quebra-cabeça e dar forma a um projeto que fosse, ao mesmo tempo, acadêmico e pessoal.

O resultado desse processo foi a decisão de estudar a violência doméstica contra mulheres negras durante a pandemia da Covid-19. Uma escolha que, de certa forma, une todas as minhas trajetórias.

É preciso destacar aqui que a definição de população negra utilizada na pesquisa é a que está disposta no artigo 1, inciso IV no Estatuto da Igualdade Racial (Lei 12.288/2010), que considera a população negra como o conjunto de pretos e pardos, ou seja “população negra: o conjunto de pessoas que se autodeclararam pretas e pardas, conforme o quesito cor ou raça usado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou que adotam autodefinição análoga”.

Só depois de escolher este tema, pude observar e entender que a violência doméstica estava em muitos lugares que eu costumava frequentar, familiares, amigas, conhecidas. Aparentemente, todas somos ou conhecemos uma mulher que foi ou é vítima de violência doméstica. Segundo o Atlas da violência (2023) e os registros do Ministério da Saúde, no segundo ano de pandemia, 3.858 mulheres foram assassinadas no Brasil. Desse total, 2.601 mulheres eram negras, e a Bahia liderava o ranking dos estados, com 401 mulheres negras mortas no ano.

O Atlas da violência (2023) aponta três hipóteses para o aumento da violência contra a mulher nos últimos anos. O primeiro, a falta de apoio financeiro federal para o fortalecimento de políticas públicas de enfraquecimento a violência doméstica. “O Instituto de Estudos Socioeconômicos – Inesc (2023), (...), concluiu que a proposta orçamentária do governo Bolsonaro reduziu em 94% o orçamento para as políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres” (Ipea, 2023, p.42).

Em segundo lugar, o crescimento do conservadorismo, incentivado pelo próprio ex-presidente, que não por acaso reforça valores patriarcais. E por fim, a pandemia da covid-19, que restringiu os horários de funcionamento dos serviços de proteção, obrigou a convivência, diminuiu “o controle social da violência” e revelou uma perda econômica relativa das mulheres.

Em 2020, dos 825,3 mil postos de trabalho perdidos, 71,2% eram ocupados por mulheres. Os achados de Cerqueira, Moura e Pasinato (2019) ajudam-nos a entender como esses números podem ter contribuído para ajudar a impulsionar a violência doméstica. O(A)s autore(a)s, com base nos microdados da PNAD 2019 e na formulação de um modelo microeconômico com o uso de variáveis instrumentais, mostraram evidências de que a violência doméstica diminuiu com o empoderamento econômico da mulher – decorrente da sua participação no mercado de trabalho – na situação em que os cônjuges continuam a sua relação (Atlas da Violência, 2023, p.42).

Muitas das violências apresentadas no Atlas da Violência (2023) podem ser entendidas como Violência Doméstica. A 4ª edição do relatório, elaborado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), em parceria com o Datafolha, intitulado “Visível e Invisível: A Vitimização de Mulheres no Brasil” (2023) mostrou que a cada quatro minutos uma mulher é vítima de Violência Doméstica no país, ou seja, cerca de 360 mulheres por dia. O relatório ainda apontou que 33,4% das mulheres brasileiras afirmaram ter sofrido violência física e/ou sexual provocada por parceiro íntimo ao longo da vida.

A violência doméstica é um problema estrutural do Brasil e do mundo, sustentado pelas bases do patriarcado e normalizado ao longo dos séculos. Segundo Maria Berenice Dias (2007), a violência doméstica é toda ação ou omissão que cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico, e que ocorra no espaço doméstico, familiar ou em qualquer relação íntima de afeto.

Para estudiosas como Heleieth Saffioti (2015), esse tipo de violência está relacionado à forma como a sociedade patriarcal aceita a agressividade masculina, e incentiva que a virilidade se manifeste por meio da força e da dominação.

A lógica patriarcal, que objetifica a mulher e justifica a submissão feminina, corroborou para o aumento das práticas de agressões e silenciamento, resultando em violência doméstica (Souza, Farias, 2022), prática que evidencia as desigualdades entre homens e mulheres, e persiste mesmo após grandes avanços legislativos e sociais, como a Lei Maria da Penha e a Lei do Femicídio.

A Lei no 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, foi criada em 2006, em reconhecimento à luta de Maria da Penha Maia Fernandes, vítima de diversas agressões por parte do seu marido. A Lei é considerada um marco na luta contra a violência doméstica no Brasil. A legislação estabeleceu mecanismos de proteção, como as medidas protetivas de urgência para as vítimas, a criação de juzizados especializados, a possibilidade de prisão preventiva e temporária do agressor e o apoio às mulheres vítimas de violência doméstica (Oliveira, 2021). É importante lembrar que a Lei Maria da Penha (Brasil, 2006) classifica a violência doméstica em cinco categorias: física, psicológica, moral, sexual e patrimonial, e são essas as tipificações utilizadas para esse trabalho.

Segundo a Lei, a violência física é qualquer conduta que atinja a integridade ou saúde corporal da mulher. Essa tipificação abrange desde empurrões e tapas até agressões mais graves que podem colocar a vida da vítima em risco.

A violência psicológica, por sua vez, pode ser entendida como qualquer ação ou comportamento que cause dano emocional e diminuição da autoestima. A legislação destaca

que essa violência se manifesta quando há tentativas de “degradar ou controlar as ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir”.

A violência sexual é configurada quando a mulher é constrangida a presenciar, manter ou participar de relação sexual não desejada, seja por intimidação, ameaça ou coação ou uso da força. A lei amplia esse conceito ao incluir como violência sexual as ações que forcem “ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício dos direitos sexuais e reprodutivos”. Também é considerada violência sexual a indução à comercialização da sexualidade ou a restrição do direito de decidir sobre o próprio corpo.

A violência patrimonial corresponde a qualquer conduta que envolva retenção, subtração ou destruição parcial ou total de bens materiais da vítima. Isso inclui documentos pessoais, objetos de valor afetivo ou econômico, instrumentos de trabalho, recursos financeiros e até mesmo valores destinados à subsistência da mulher e de seus filhos. Por fim, a violência moral se manifesta por meio de condutas que atinjam a honra e a reputação da mulher, como calúnia, difamação ou injúria.

Apesar da existência da Lei Maria da Penha, até 2015 não havia no Código Penal uma qualificação específica para crimes motivados por gênero. A tipificação do feminicídio no Brasil é resultado de um processo intenso de luta social pelos direitos das mulheres (Souza, 2024). O termo só passou a ser incorporado no código penal com a aprovação da Lei no 13.104/2015, que incluiu o feminicídio como qualificadora do crime de homicídio (art. 121, § 2o, inciso VI). Essa inclusão reconhece que mulheres são mortas por razões ligadas ao gênero, muitas em contextos de violência doméstica.

### **1.3. Violência Doméstica e o contexto da Covid-19**

O novo coronavírus (SARS-CoV-2) surgiu em dezembro de 2019, inicialmente na cidade de Wuhan, localizada na província de Hubei, na China. O vírus, que a princípio foi associado a um surto de pneumonia de origem desconhecida, foi identificado por pesquisadores chineses em janeiro de 2020.

Ainda no primeiro mês, a doença já havia afetado 11.821 pessoas na China, resultando em 259 óbitos (LOBO et al., 2020). Rapidamente, o vírus ultrapassou as fronteiras do país e alcançou outras regiões dos continentes asiático, europeu e norte-americano. Diante do cenário,

com mais de 110 mil casos confirmados em 114 países desde sua descoberta em 2019, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou, em 11 de março de 2020, a pandemia da Covid-19.

No Brasil, os primeiros indícios da doença aconteceram em fevereiro de 2020. A partir daí, o país implementou diversas estratégias de enfrentamento, como o distanciamento social, a quarentena e, posteriormente, o bloqueio total (lockdown) em algumas localidades.

O período utilizado nesta pesquisa são os dois primeiros anos de Covid-19, período que ocorreram os picos da primeira, segunda e terceira onda da doença, marcando o período mais crítico da crise sanitária no Brasil (Fiocruz, 2022)

É importante ressaltar que, em situações epidêmicas, há sempre muitas incertezas relacionadas à doença. No caso do coronavírus, devido à sua rápida disseminação, esses desafios se tornaram mais difíceis. No Brasil, sobretudo nos primeiros meses, havia pouco conhecimento sobre as formas de transmissão e tratamento da doença. Em um país inserido em um contexto de desigualdades sociais, foram as populações mais vulneráveis que continuaram expostas a condições de moradia precária, ausência de saneamento e necessidade de trabalho presencial, e conseqüentemente, as que mais sofreram com o avanço da doença e com as mortes resultantes da crise sanitária. (Carvalho, Werneck, 2020).

Segundo dados do Ministério da Saúde, durante o período pandêmico, o Brasil notificou 36.331.281 casos confirmados de covid-19 e 693.853 mortes pela doença. Durante os anos, o Brasil ocupou, de forma contínua, o 2º lugar no ranking mundial de mortes pela covid-19, em números absolutos, ficando atrás somente dos Estados Unidos. Em números proporcionais à população, o país alcançou a 13ª posição global, com uma taxa de 1.858 mortes a cada 1 milhão de habitantes, segundo dados do Our World in Data (Universidade de Oxford, 2022). Entre março e abril de 2021, período que se consolidou a segunda onda da covid-19, o Brasil chegou a registrar a maior média diária de mortes por covid-19 no mundo.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Bahia é o 4º estado mais populoso do Brasil. Durante a pandemia, o estado abrigava 14.873.064 habitantes. Foi nesse contexto que o estado atingiu 1,7 milhão de casos confirmados de Covid-19. Ao final da crise sanitária, a Bahia ocupava a 6ª posição nacional em números de mortes pelo vírus, com 31.230 óbitos contabilizados.

A cidade de Juazeiro, localizada no norte da Bahia, conta com cerca de 216.707 habitantes (IBGE). No período pandêmico, o município registrou 29.118 casos de infecção pela doença, ocupando o 7º lugar no ranking das cidades baianas com maior número de casos

registrados. No mesmo período, segundo dados do Ministério da Saúde, o município contabilizou 496 óbitos em decorrência do vírus.

**Tabela 1** - 10 municípios baianos com mais casos acumulados de Covid-19 (2020-2022)

	<b>Município</b>	<b>Casos Acumulados</b>
1º	Salvador	333.386
2º	Feira de Santana	80.605
3º	Vitória da Conquista	50.975
4º	Itabuna	45.086
5º	Camaçari	35.260
6º	Lauro de Freitas	33.375
<b>7º</b>	<b>Juazeiro</b>	<b>29.118</b>
8º	Teixeira de Freitas	27.427
9º	Ilhéus	27.049
10º	Barreiras	26.431

Fonte: Ministério da Saúde

Apesar dos números apresentados, é importante lembrar que o cenário real da pandemia de Covid-19 pode ter sido ainda mais grave devido à subnotificação dos casos. No Brasil, a limitação das testagens, a precária estrutura laboratorial em diversas regiões e a subnotificação de óbitos contribuíram para uma distorção no registro de dados oficiais. Na Bahia, especificamente, a taxa de notificação foi de aproximadamente 16%, o que indica que cerca de 84% dos casos reais, possivelmente não foram notificados oficialmente (Prado et al., 2020).

Se, por um lado, a campanha “Fique em casa” foi fundamental para conter a propagação da Covid-19, por outro, colocou muitas mulheres, principalmente as negras, em situações de violência dentro de seus próprios lares. O espaço doméstico, que, muitas vezes, é romantizado como lugar de acolhimento, se tornou, para muitas, um espaço de sofrimento. O aumento dessas vulnerabilidades durante esse período não deve ser dissociado das estruturas patriarcais que, historicamente, moldam a sociedade brasileira e legitimam a dominação masculina sobre corpos femininos

Na Bahia, a crise sanitária da Covid-19 agravou o quadro de violência doméstica no estado. Nos primeiros meses de isolamento social (março-junho de 2020), segundo dados do

TJ-BA (2022), a quantidade de pedidos de Medidas Protetivas de Urgência (MPU), através da Lei Maria da Penha, aumentou 21% entre os anos de 2020 e 2022. Enquanto que em 2020 foram 8.155 medidas, em 2021 elas chegaram a 10.373.

No entanto, é fundamental reconhecer que esses números, assim como o número de afetados pela doença, representam apenas os casos registrados oficialmente e que estão longe de refletir a real dimensão do problema, já que há fortes indícios de subnotificação, também no que diz respeito a violência doméstica durante os anos de pandemia da Covid-19. Isso ocorreu devido a migração de denúncias para o ambiente virtual e telefônico (Souza, Farias, 2022).

E como esperar que uma mulher consiga ligar ou mandar uma mensagem pedindo socorro, se está confinada na mesma casa com o agressor? Esse cenário mostrou a realidade vivida por essas mulheres e os mecanismos institucionais de proteção, que se mostraram, em muitos casos, inacessíveis ou insuficientes diante da urgência da situação.

#### **1.4. Violência Doméstica e interseccionalidade**

Para iniciarmos o tópico interseccionalidade, precisamos retornar aos dados do Atlas da Violência. No Brasil, a Bahia é um dos estados que mais mata pessoas negras, ocupando o quarto lugar no ranking, atrás apenas de Minas Gerais, Ceará e São Paulo. Como já vimos, o estado baiano liderou, em 2021, o ranking de mortes violentas de mulheres negras.

O relatório do FBSP (2023) concluiu que 45% das mulheres negras já foram vítimas de violência ou agressão ao longo da vida, enquanto as mulheres brancas, 36,9%. Esses dados apontam para a necessidade de analisar e considerar as diversas vulnerabilidades que são atravessadas por gênero e raça. Os dados do relatório mostram uma diferença que evidencia como a violência doméstica se manifesta de formas diferentes entre mulheres racializadas e não racializadas.

A intersecção de raça, classe e gênero torna mulheres negras mais vulneráveis a agressões físicas, reforçado pelo racismo estrutural que faz com que o acesso a recursos de apoio contra a violência seja limitado. Segundo Crenshaw apud Akotirene (2018), a interseccionalidade é um instrumento teórico-metodológico que nos ajuda a entender como os diferentes sistemas de opressão (racismo, sexismo e violências relacionadas) não atuam de forma isolada, mas se combinam e se sobrepõem na vida das pessoas, sobretudo das mulheres negras.

Esse conjunto de sistemas de opressão pode ser visível na cidade de Juazeiro, localizada no interior da Bahia. Com uma população estimada de 237.821 habitantes, destes 121.744 são

do sexo feminino (IBGE 2022). Segundo o censo (2022), o município ainda possui mais de 70% da população autodeclarada negra (pretos ou pardos).

Em termos socioeconômicos, ainda segundo o IBGE, Juazeiro apresenta uma situação marcada pela desigualdade e pela concentração de renda. Em 2021, o Produto Interno Bruto (PIB) era de R\$23.601,32. Esse valor mostra a renda média por habitante, mas não significa que cada pessoa efetivamente receba isso. Em 2022, apenas 22% da população (cerca de 48.657 pessoas) tinham empregos formais, ou seja, a maior parte da força de trabalho do município está na informalidade e o salário médio dos trabalhadores formais em Juazeiro era de apenas dois salários mínimos.

Além disso, de acordo com o último Censo do IBGE em 2010, 41,7% dos moradores viviam com rendimento mensal per capita de até meio salário mínimo. Esses dados revelam um território em que as questões de raça, classe e gênero se entrelaçam.

Nessa perspectiva, é importante compreender como a pandemia de covid-19 aumentou as vulnerabilidades e expôs a realidade de violência sofrida pelas mulheres negras juazeirenses. Esse contexto demográfico também explica a relevância de se analisar a violência doméstica sob a perspectiva interseccional de raça, classe e gênero.

Entre os anos de 2020 e 2022, foram registrados 205 casos de violência doméstica, em Juazeiro (BA), segundo dados do Centro Integrado de Atendimento à Mulher (CIAM) de Juazeiro. Desses, 179 envolviam mulheres negras, sendo 37 autodeclaradas pretas e 142 pardas, o que corresponde a 87,32% do total. Esses dados evidenciam como as mulheres negras são desproporcionalmente afetadas pela violência doméstica no município.

**Tabela 2 - Casos de Violência Doméstica (2020-2022) - CIAM**

<b>Ano</b>	<b>Total de casos</b>	<b>Pretas</b>	<b>Pardas</b>	<b>Total de mulheres negras</b>	<b>Branças</b>	<b>% de mulheres negras</b>
<b>2020</b>	60	18	33	51	9	85%
<b>2021</b>	60	8	46	54	6	90%
<b>2022</b>	85	11	63	74	11	87%

Fonte: Centro Integrado de Atendimento à Mulher (CIAM) - Juazeiro (BA)

Apesar dos números expressivos, se comparado ao ano anterior à pandemia (2019), houve uma queda no número de atendimentos do instrumento. O CIAM atendeu em 2019, 154

mulheres vítimas de violência doméstica. Dessas, 122 eram negras e 31 brancas. Esses números revelam uma diminuição de mais de 60% nos anos de 2020 e 2021, e de quase 45% em 2022.

Ao analisar os registros do Centro Integrado de Atendimento à Mulher (CIAM), verificou-se que a maioria das mulheres atendidas sofreu mais de um tipo de violência, simultaneamente. Em muitos casos, as fichas de atendimento apresentavam combinações como violência física e psicológica, psicológica e moral, ou até física, moral e patrimonial.

Diante desse cenário, optei por contabilizar cada tipo de violência individualmente. Assim, por exemplo, uma mulher que constava com “física e psicológica” foi considerada uma vez em “física” e outra em “psicológica”, garantindo que todas as violências relatadas fossem devidamente registradas.

Essa análise possibilitou identificar que a violência psicológica é a mais recorrente em todos os anos analisados (2020 a 2022), seguida pela violência moral, ameaças e violência física. Também aparecem, em menor proporção, as violências patrimonial e sexual.

**Tabela 3** - Tipificação da Violência Doméstica (2020-2022) - CIAM

<b>Ano</b>	<b>Física</b>	<b>Psicológica</b>	<b>Moral</b>	<b>Sexual</b>	<b>Patrimonia l</b>	<b>Ameaças</b>
<b>2020</b>	41	57	52	21	31	49
<b>2021</b>	32	49	42	11	15	29
<b>2022</b>	55	77	63	21	39	55

Fonte: Centro Integrado de Atendimento à Mulher (CIAM) - Juazeiro (BA)

Em relação ao perfil dos agressores, considerando o vínculo com a vítima, os dados foram divididos em três categorias: ex-parceiro, parceiro atual e outros. A categoria ex-parceiro reúne casos em que as mulheres identificaram o agressor como ex-companheiro, ex-marido ou ex-namorado, representando 115 ocorrências. Essa predominância mostra que o rompimento da relação afetiva costuma ser um dos momentos que aumentam os riscos de agressões.

Em seguida, aparecem os parceiros atuais, que correspondem a 60 registros. Essa categoria engloba companheiros, maridos e namorados com os quais as mulheres ainda mantinham uma relação afetiva no momento da agressão.

A categoria “outros” reúne 33 ocorrências e inclui agressores que não mantinham relação amorosa com a vítima, como pais, filhos, irmãos, sobrinhos, primos, vizinhos, conhecidos e até desconhecidos.

Durante a pesquisa também tive contato com os dados da Ronda Maria da Penha, que é o órgão fiscalizador das Medidas Protetivas de Urgência (MPU). No entanto, os dados fornecidos pelo órgão não representam o número total de atendimentos realizados ou de novos casos registrados, mas sim as finalizações de atendimento, ou seja, os casos que foram oficialmente encerrados pela equipe.

Essas finalizações são entendidas pela Ronda Maria da Penha como resultados positivos, pois indicam que, de acordo com o acompanhamento da instituição, o agressor deixou de importunar a vítima.

Entretanto, essa “positividade” precisa ser analisada com cautela. Na prática, o encerramento do atendimento poderia, na época, ocorrer por várias razões, tais como o arquivamento da Medida Protetiva de Urgência (MPU) pelo Ministério Público - prática revogada desde 2024, ou por decisão da vítima em encerrar o acompanhamento (seja por se sentir segura, por medo ou mesmo por ter reatado o relacionamento com o agressor). Assim, ter o caso finalizado não implica necessariamente que a violência acabou.

A situação torna-se ainda mais complexa quando se considera o contexto da pandemia de covid-19, período em que os dados foram coletados. Nesse período, muitas mulheres ficaram confinadas com seus agressores, o que pode ter levado a finalizações forçadas, sem que, de fato, houvesse a interrupção da violência.

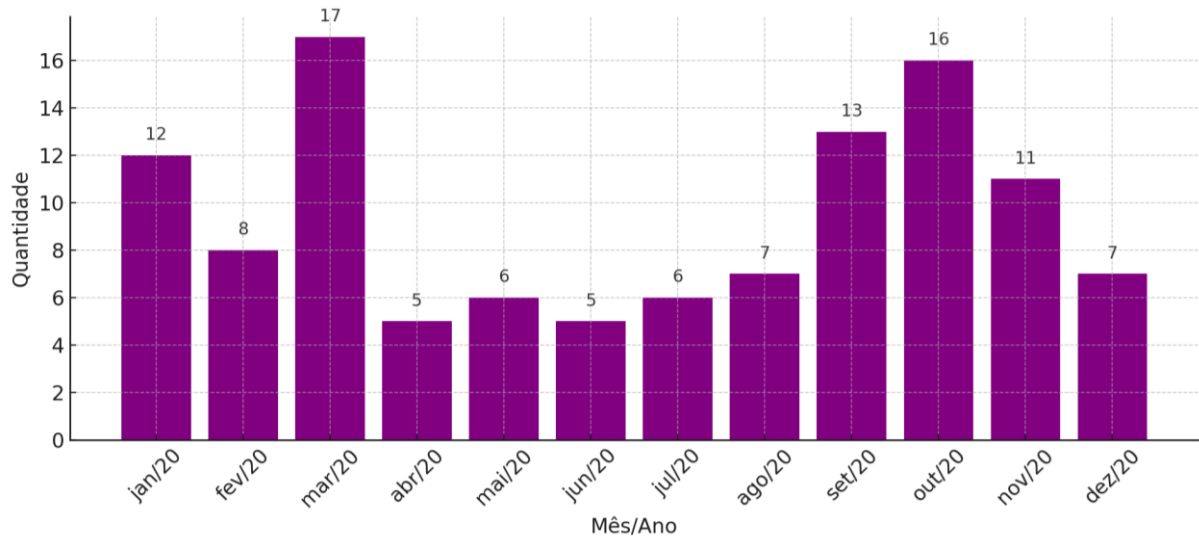
A partir dessa compreensão, optei por realizar uma análise específica das mulheres negras (pardas e pretas) que tiveram seus atendimentos finalizados. Verifiquei que a maioria delas, assim como nos dados do CIAM, não sofreu apenas um tipo de agressão, mas duas ou mais formas de violência combinadas (como física e psicológica, moral e patrimonial, ou moral e sexual). Por essa razão, também adotei uma contabilização individual dos tipos de violência, desmembrando cada ocorrência para compreender a frequência de cada tipificação.

Os resultados dessa contabilização mostraram que as violências psicológica, moral e física continuam sendo as mais recorrentes entre as mulheres negras. Essa constatação revela que o encerramento dos atendimentos não deve ser entendido como ausência de violência. O aumento no número de finalizações pode refletir, ao mesmo tempo, um avanço na cobertura da Ronda Maria da Penha e as limitações estruturais de enfrentamento à violência doméstica, especialmente no contexto pandêmico.

Em 2020, 113 mulheres negras tiveram seus atendimentos finalizados pela Ronda Maria da Penha (RMP) em Juazeiro. Os meses de fevereiro a abril registraram os menores números de encerramentos. A partir do segundo semestre, observa-se um crescimento gradual nas finalizações, reflexo da retomada parcial das atividades e da reorganização dos atendimentos.

Os meses com maior número de encerramentos foram março (17 casos), seguido por outubro (16) e setembro (13).

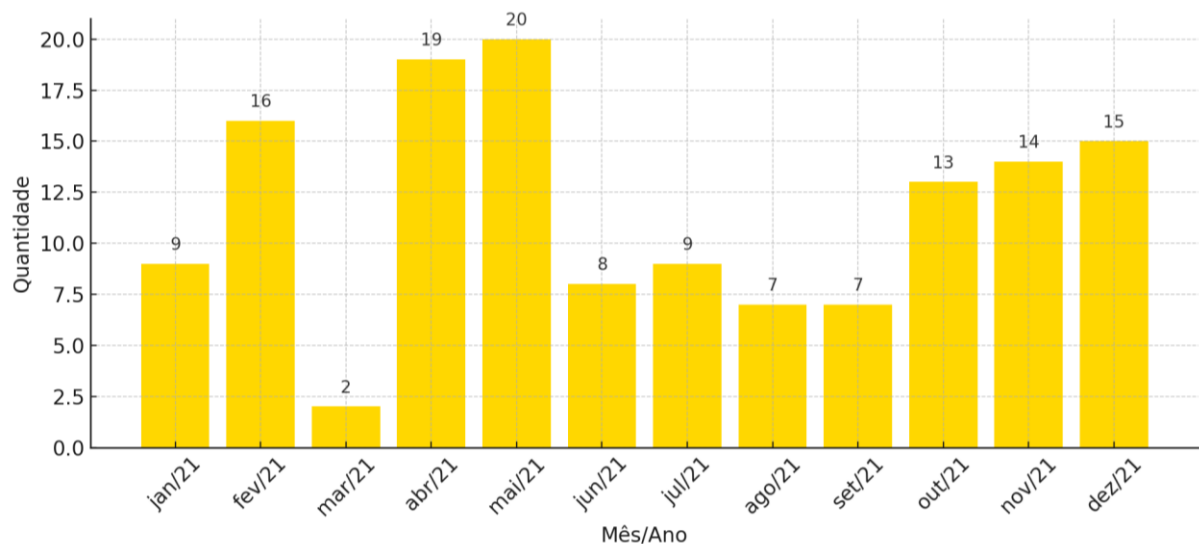
**Gráfico 1** – Mulheres Negras com atendimento finalizado – 2020



Fonte: Ronda Maria da Penha - Juazeiro (BA)

O gráfico abaixo apresenta a quantidade de mulheres negras (pardas e pretas) que tiveram seus atendimentos finalizados pela Ronda Maria da Penha ao longo de 2021. Ao todo, foram 139 finalizações registradas durante o ano. Os meses com maior número de encerramentos foram maio (20 casos), abril (19 casos) e dezembro (15 casos).

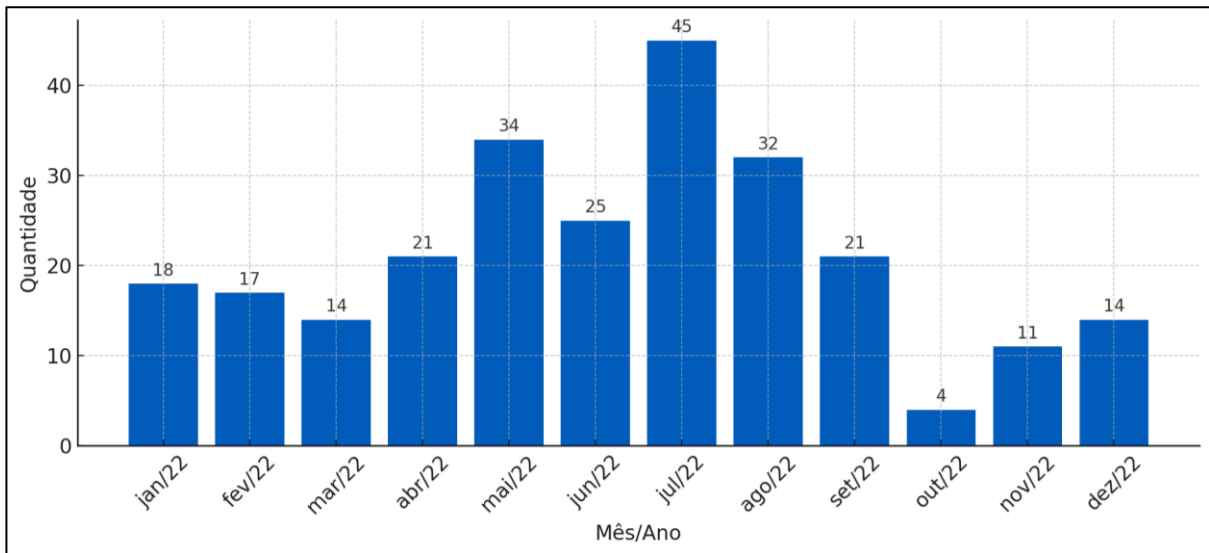
**Gráfico 2** – Mulheres Negras com atendimento finalizado – 2021



Fonte: Ronda Maria da Penha - Juazeiro (BA)

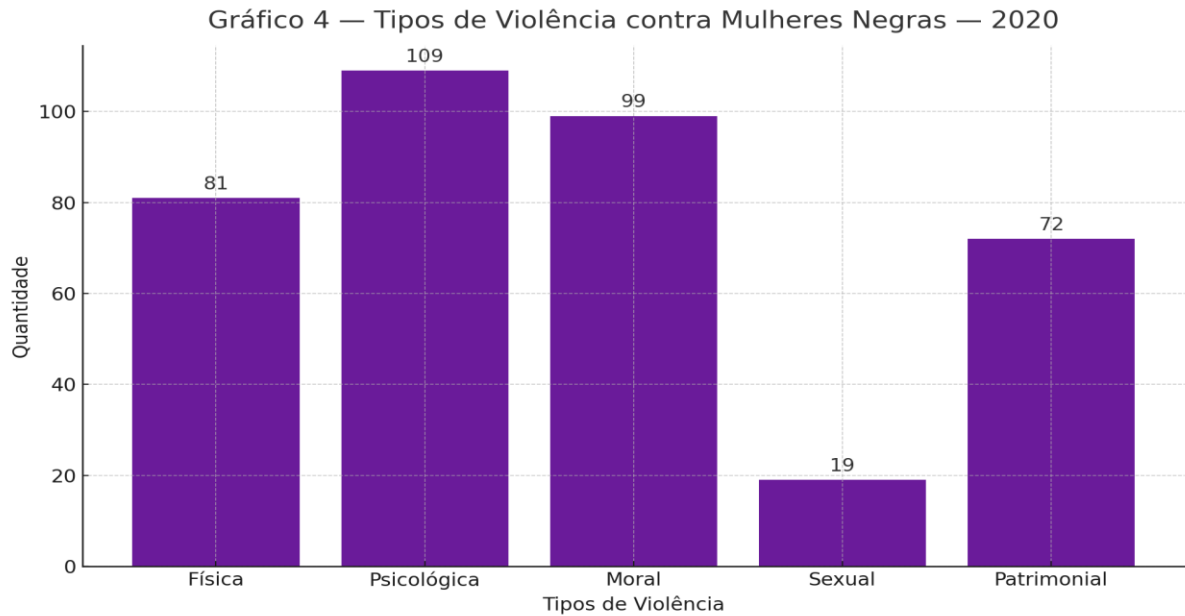
Em 2022, o número de finalizações cresceu consideravelmente, passando de 139 para 256 casos, um aumento de aproximadamente 84% em relação ao ano anterior. O mês de julho concentra o maior número de encerramentos (45 casos), seguido por maio (34 casos) e agosto (32 casos).

**Gráfico 3** – Mulheres Negras com atendimento finalizado – 2022



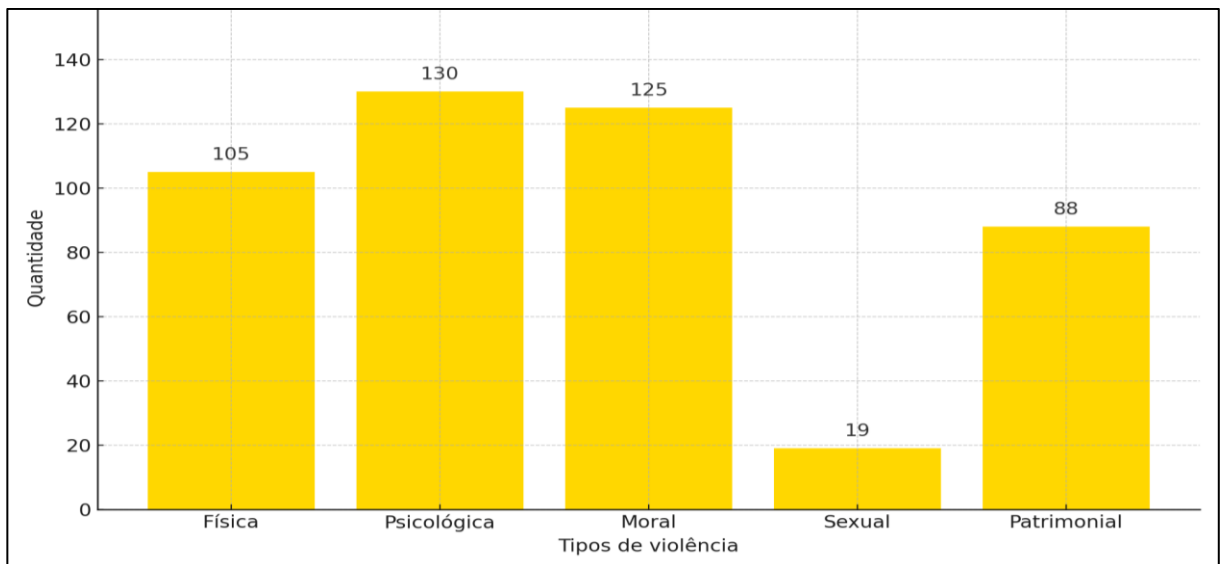
Fonte: Ronda Maria da Penha - Juazeiro (BA)

Em relação às tipificações da violência, observou-se que em 2020, dos 113 casos, houve 109 casos de violência psicológica, 99 de violência moral, 81 violência física, 72 patrimonial e 19 sexual. As violências psicológica, moral e física foram as mais recorrentes entre as mulheres negras atendidas. A presença simultânea de diferentes tipos de agressão mostra que a violência doméstica se manifesta de forma múltipla e ultrapassa o limite do ato físico.

**Gráfico 4 – Tipos de Violência Doméstica - 2020**

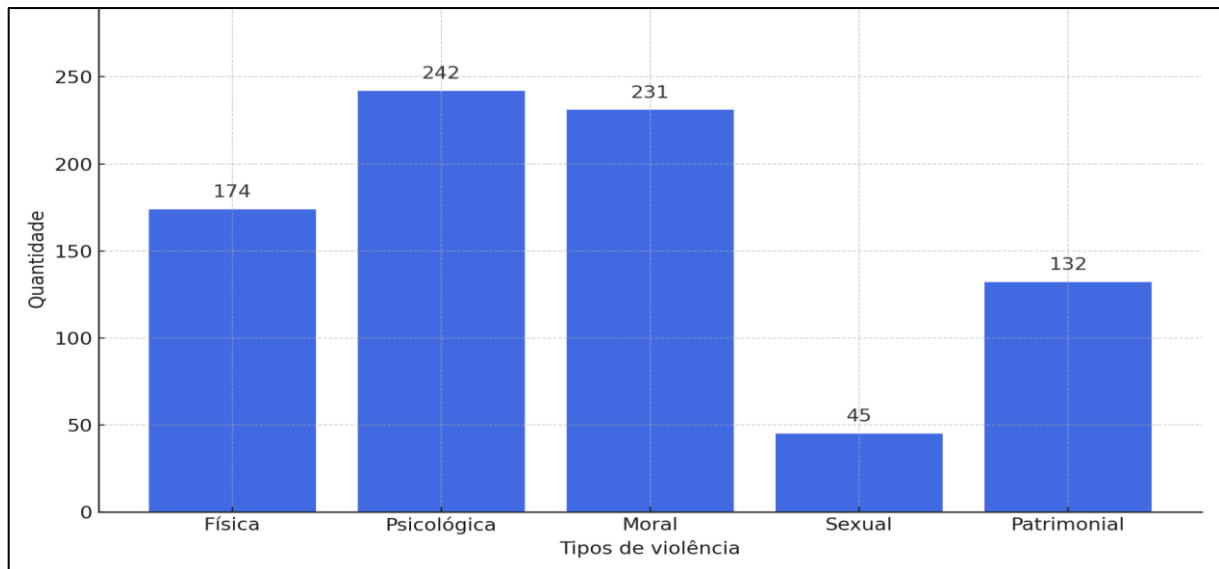
Fonte: Ronda Maria da Penha - Juazeiro (BA)

Em 2021, entre os 139 casos finalizados, foram contabilizadas 130 ocorrências de violência psicológica, 125 de violência moral, 105 de violência física, 88 de violência patrimonial e 19 de violência sexual.

**Gráfico 5 - Tipos de Violência Doméstica - 2021**

Fonte: Ronda Maria da Penha - Juazeiro (BA)

Já em 2022, o número aumentou. Entre os 256 atendimentos finalizados, foram registradas 244 ocorrências de violência psicológica, 231 de violência moral, 176 de violência física, 132 de violência patrimonial e 45 de violência sexual.

**Gráfico 6** - Tipos de Violência Doméstica - 2022

Fonte: Ronda Maria da Penha - Juazeiro (BA)

Algumas dessas questões já foram analisadas em trabalhos desenvolvidos no curso de Jornalismo em Múltiplos Meios da UNEB, como a reportagem *longform* “Não se cale”, de Renilson da Silva Santos. A pesquisa de Renilson se propôs a fazer uma análise da Rede de Enfrentamento à Violência Doméstica em Juazeiro, a fim de verificar a efetividade dos instrumentos no acolhimento das vítimas no período pandêmico, além de elencar as dificuldades enfrentadas na pandemia, no que diz respeito ao acesso a esses órgãos de apoio. Para isso, ele desenvolveu uma reportagem *longform* com depoimentos das mulheres vítimas no ano de 2020 e 2021.

No entanto, na pesquisa de Renilson, percebi a ausência de um recorte racial que considerasse as interseccionalidades que atravessam a vida de mulheres negras. Essas interseções aumentam a vulnerabilidade dessas mulheres e as expõem a diversas violências de gênero (Ribeiro, 2017). Assim, o desenvolvimento deste trabalho busca preencher essa lacuna e destacar a importância de análises que não inviabilizam marcadores sociais e raciais que geram desigualdade.

As mulheres negras, como afirma Sueli Carneiro (2005), vivem uma dupla exclusão, de gênero e raça, que as deixa invisíveis no que diz respeito às políticas públicas, e também nas narrativas sociais e acadêmicas. Não por acaso tive dificuldade em encontrar dados públicos que façam esse recorte racial e de gênero, sobre violência doméstica. Essa invisibilidade negra é sustentada por estruturas patriarcais e raciais que silenciam e naturalizam a violência doméstica contra a mulher. É por isso que, como destaca Djamilia Ribeiro (2017), reconhecer o

lugar de fala dessas mulheres é um ato político que se faz necessário para romper com a lógica do apagamento.

Essa pesquisa se contrapõe também à lógica midiática que contribui para esse silenciamento. A violência doméstica contra as mulheres negras tende a receber menos cobertura midiática. Quando elas aparecem, na maioria das vezes, são retratadas de forma estereotipada, como “forte”, “resistente” e muitas vezes “conivente” com a violência. Por isso, Carneiro (2005) afirma que as mulheres negras são as últimas a serem ouvidas e as primeiras a serem mortas.

Além disso, muitas narrativas tendem ao sensacionalismo para causar impacto emocional e, muitas vezes, se concentram mais no agressor do que na própria vítima. A pesquisa também pretende contribuir com o debate sobre violência de gênero e raça na comunidade de Juazeiro-Bahia para que haja o incentivo a políticas públicas e iniciativas mais sensíveis às especificidades da população negra. Por fim, através deste livro-reportagem, buscamos oferecer um espaço de escuta e reconhecimento, para que essas histórias não sejam silenciadas e, principalmente, para que outras mulheres se identifiquem e compreendam que não estão sozinhas.

Decidi contar essas histórias para que essas mulheres não sejam apenas mais um número nas estatísticas. Os dados sobre violência doméstica são alarmantes e refletem um problema social grave, mas é preciso ir além dos números. Cada caso representa uma vida, e essa pesquisa busca ampliar a voz dessas mulheres para compreender as experiências em profundidade.

Para tanto, foi necessário, em um primeiro momento entender como a Rede de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar funciona em Juazeiro. Para, por fim, propor o seguinte questionamento: Como se configuraram os casos de violência doméstica contra mulheres negras em Juazeiro-BA durante a pandemia de Covid-19 (2020–2022).

Com o intuito de compreender como se configuraram os casos de violência doméstica contra mulheres negras em Juazeiro-BA durante a pandemia de Covid-19 (2020–2022), foram traçados os seguintes objetivos específicos: Estudar a violência doméstica envolvendo mulheres negras durante a pandemia de Covid-19 em Juazeiro-BA; Mapear os serviços oferecidos pela rede de enfrentamento à violência doméstica em Juazeiro-BA e entender como se deu o acesso no período pandêmico; Levantar e analisar dados do período, com recortes por raça/cor, tipificação da violência e vínculo com o agressor; Apontar como as mulheres negras ficaram vulneráveis à violência doméstica durante a pandemia de Covid-19 em Juazeiro-BA;

Escrever um livro-reportagem sobre os casos de violência doméstica abrangendo mulheres negras em Juazeiro-BA durante a pandemia de Covid-19.

## **2. A Rede de Enfrentamento à Violência Doméstica em Juazeiro (BA)**

Os instrumentos da Rede de Enfrentamento a Violência Doméstica na cidade são muito bem articulados e trabalham para o efetivo funcionamento da principal função que lhes é entregue. Ao todo, a Rede de Enfrentamento à Violência Doméstica do município é constituída por 24 órgãos, sendo eles governamentais, não-governamentais e sociedade civil. São eles: Centro Integrado de Atendimento à Mulher (CIAM), Delegacia Especializada em Atendimento à Mulher (DEAM), Ronda Maria da Penha, Pastoral da Mulher (grupo vinculado a Igreja Católica), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Ministério Público, Vara de Violência Doméstica, Defensoria Pública, Patrulha Maria da Penha, Guarda Municipal, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), Projeto Sopão, Rotary, Espaço Lilás, Centro Integrado de Comunicações (Cicom), Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAs), Vigilância Epidemiológica, Secretaria de Desenvolvimento Social (Sedes), Secretaria Municipal da Mulher e Juventude (SMJ), União Brasileira de Mulheres (UBM), Fome Zero, Casa de Abrigo, Casa de Apoio e Secretaria de Educação.

Dado o tempo de pesquisa, foram selecionados para este trabalho 5 instrumentos que atuam na linha de frente do acolhimento e recepção das mulheres vítimas de violência doméstica e familiar. São eles: a DEAM, o CIAM, a Patrulha Maria da Penha, o Ministério Público e a Ronda Maria da Penha.

### **2.1. Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher**

A Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM) é a porta de entrada institucional para mulheres vítimas de violência doméstica em Juazeiro (BA). Localizada na Rua Eliete Costa, no Jardim Novo Encontro, a DEAM cumpre aquilo que a Lei Maria da Penha estabelece como responsabilidade dos órgãos policiais.

O art. 10-A da Lei nº 11.340/2006 determina que o atendimento nesses casos deve ser “humanizado, especializado e ininterrupto”. É na DEAM que ocorre o registro do Boletim de Ocorrência (BO), a oitiva da vítima, a coleta de informações preliminares e a requisição imediata de exames periciais, conforme o art. 12, IV, que atribui à autoridade policial o dever de “remeter imediatamente à autoridade judiciária o pedido da ofendida para a concessão de medidas protetivas de urgência”.

A Lei também determina, no art. 10-A, §3º, que o atendimento deve ser prestado preferencialmente por profissionais do sexo feminino, reforçando o compromisso com a escuta qualificada e a redução de danos emocionais durante o relato da violência.

## **2.2. Ministério Público**

Ao Ministério Público (MP) cabe a atuação judicial prevista no art. 25 da Lei Maria da Penha, que estabelece que o MP deve atuar na defesa dos interesses da vítima e na responsabilização do agressor. O órgão recebe os autos enviados pela DEAM após a conclusão do inquérito policial, oferece denúncia, acompanha a tramitação do processo e fiscaliza o cumprimento das Medidas Protetivas de Urgência.

Além disso, o MP pode instaurar Notícias de Fato a partir de denúncias recebidas pelos canais oficiais (como o 180), e requerer medidas protetivas diretamente ao juiz, ainda que isso aconteça com menor frequência, já que a porta de entrada majoritária é a DEAM.

## **2.3. Patrulha Maria da Penha**

A Patrulha Maria da Penha foi implantada em Juazeiro por meio da Lei 3.123/2023, uma lei municipal que responde a uma lacuna prevista pela própria Lei Maria da Penha: o período de vulnerabilidade entre a denúncia e a efetivação da medida protetiva.

Sua função central é garantir proteção antes mesmo da chegada formal da MPU, atuando como força preventiva. A patrulha realiza rondas, visitas domiciliares e monitoramento de risco, alinhada ao art. 8º, que estabelece como dever do Estado desenvolver ações de prevenção, proteção e assistência às mulheres em situação de violência.

## **2.4. Ronda Maria da Penha**

A Ronda Maria da Penha (RMP), por sua vez, representa o braço da Polícia Militar voltado ao acompanhamento contínuo das mulheres que já possuem Medidas Protetivas de Urgência (MPU).

A RMP de Juazeiro (BA) foi fundada em 19 de novembro de 2015, oito meses após a criação da operação em Salvador, e se consolidou como a primeira RMP do interior do estado, com ações que, há 10 anos, atendem mulheres da sede e do interior.

O funcionamento está em consonância com o art. 8º, que orienta a criação de políticas públicas para proteção, e com as diretrizes estaduais que estruturam núcleos especializados para a fiscalização das medidas protetivas.

O papel da RMP é realizar visitas periódicas monitora e situações de risco, registra os descumprimentos e aciona imediatamente a polícia ou o Judiciário.

### **2.5. Centro Integrado de Atendimento à Mulher**

O CIAM atua onde a lei determina que o cuidado precisa ir além da dimensão policial. No art. 30, a Lei Maria da Penha assegura o direito da mulher a um “atendimento humanizado, multidisciplinar e integrado”, que envolva profissionais do serviço social, psicologia e assessoria jurídica.

O CIAM chegou ao município de Juazeiro (BA) em 2004, dois anos antes da criação da Lei Maria da Penha, através da iniciativa da Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDES) e da Prefeitura Municipal da cidade.

Localizado na Avenida Luís Inácio Lula da Silva, s/nº, Maria Gorete, a função do CIAM é oferecer acolhimento psicossocial, orientação jurídica, fortalecimento emocional e encaminhamento para políticas públicas. Ele materializa na prática o que a lei chama de Rede de Atendimento (arts. 8º e 9º), que deve atuar de maneira articulada, visando “a prevenção, a assistência e a proteção”.

### **3. Referencial Teórico**

Para entender a violência doméstica como um problema social, não dá para procurar uma “causa única” do patriarcado. Seguindo Oyèrónké Oyěwùmí (1997), o patriarcado não é algo natural e igual em todo lugar. Ele é histórico e muda conforme o contexto.

No Brasil, o patriarcado não “nasce”, ele é construído. A partir da colonização e da escravidão, o Estado, Igreja e leis organizaram a vida social colocando homens, especialmente homens brancos, no topo. O poder do senhor de engenho e a tutela masculina sobre mulheres naturalizaram quem manda, quem trabalha e quem pode falar. É disso que trata Sueli Carneiro (2005) quando diz que no Brasil o patriarcado é racializado. Não é o mesmo para todas as mulheres. As violências e as oportunidades mudam quando olhamos raça, classe e território.

O patriarcado é um sistema de poder que enfatiza uma hierarquia entre homens e mulheres, em que o homem é o ser dominante. Segundo Saffioti (2015), o patriarcado é

como um pacto masculino para garantir a opressão de mulheres. As relações hierárquicas entre os homens, assim como a solidariedade entre eles existente, capacitam a categoria constituída por homens a estabelecer e a manter o controle sobre as mulheres. Há que se fazer alguns comentários sobre este conceito de patriarcado, a fim de aclarar certas nuances importantes. Seguramente, este regime ancora-se em

uma maneira de os homens assegurarem, para si mesmos e para seus dependentes, os meios necessários à produção diária e à reprodução da vida. (Saffioti, 2015. p. 112)

Dentro desse espaço dominado por homens, a violação do direito das mulheres é tolerada e reproduzida. Saffioti afirma que, desde a Revolução Francesa (1789 - 1799), todos os direitos foram pensados pelo homem e para o homem.

Esse ideal patriarcal cria homens para serem dominantes e mulheres para serem submissas. Não é atoa que a filósofa feminista Kate Millett (1970), já apontava que a “a família é pouco mais do que uma escola de despotismo, cheia das virtudes mas também dos vícios deste sistema” (p. 66). Essa pedagogia é ensinada desde a primeira infância e se torna real nos relacionamentos que surgem na vida adulta. Nesses casos, o amor serve, muitas vezes, como cortina de fumaça para o ciúme, o controle, e conseqüentemente, a violência.

O homem sempre foi o ideal de humanidade, sobrando às mulheres a base da pirâmide social. “Rigorosamente, é ainda muito incipiente a consideração dos direitos humanos como também femininos. Tudo, ou quase tudo, ainda é feito sob medida para o homem” (Saffioti, 2015, p.82).

Antes de entrarmos no tópico de violência doméstica, é importante diferenciarmos os tipos de violações que atingem o gênero feminino, sendo as mais citadas: violências de gênero, contra a mulher e doméstica. A violência de gênero se caracteriza como sendo uma categoria mais ampla da violência. Trata-se de uma dominação nas relações desiguais entre mulheres e homens, que buscam perpetuar a subordinação feminina. Segundo Lourdes Bandeira (2014)

O uso da expressão violência de gênero tornou-se, portanto, uma categoria que, além de potencializar a complexidade das relações sociais, em nível mais abstrato, consolidou-se como categoria analítica. Remete aos lugares sociais sexuados, expõe as múltiplas desigualdades, às quais as mulheres estão presas, e possibilita uma interação face a face, envolvendo a ordem simbólica (Bandeira, 2014, p.13).

Essa forma de violência ultrapassa o espaço doméstico e a relação afetiva. Ela atinge outros âmbitos sociais como o mercado de trabalho, política, escola, etc.

Já a violência contra a mulher é uma ação concreta da violência de gênero. Ela é caracterizada por agressões (físicas, verbais, sexuais), motivada pelo simples fato da vítima ser mulher. Para Flávia Piovesan (2009) “a violência contra a mulher constitui uma violação dos direitos humanos e das liberdades fundamentais e limita total ou parcialmente à mulher o reconhecimento, gozo e exercício de tais direitos e liberdades” (p. 743). Essa violação pode acontecer em vários espaços e inclui práticas como o assédio, violência obstétrica, violência institucional, feminicídio e estupro.

Por fim, a violência doméstica, por sua vez, é uma das faces mais cruéis do patriarcado e da violência de gênero. Ela está relacionada com às violações de direitos praticadas no meio familiar ou em relações íntimas, como namoro, casamento ou uniões familiares. É importante destacar que a violência doméstica não acontece somente com mulheres, ela pode atingir diferentes sujeitos, como criança, idosos, etc. Porém, quando a vítima é uma mulher, a violência adquire um contorno específico de gênero.

Segundo Bell Hooks (1981), a violência doméstica é um mecanismo de controle do patriarcado. Um sistema de punição social que busca recolocar as mulheres no papel que lhes é imposto. Quando uma mulher desafia expectativas de obediência ou dependência, a agressão atua para restaurar hierarquias de gênero e reafirmar o poder masculino.

A maior parte dos homens na sociedade patriarcal, apesar de estarem comprometidos fanaticamente com o domínio masculino, gostavam de pensar que eles não usariam a brutalidade para oprimir as mulheres. No entanto, desde muito cedo as crianças masculinas são socializadas para olhar para as mulheres como suas inimigas e como ameaças ao seu estatuto e poder masculino – uma ameaça, que no entanto, eles podem conquistar através da violência. À medida que crescem aprendem que a agressão em relação às mulheres amaina a sua ansiedade e medo que o seu poder masculino possa ser usurpado (p.78).

A antropóloga brasileira Lia Zanotta (2010) complementa esse pensamento ao tratar a violência doméstica como uma forma de manter a autoridade masculina dentro de locais privados. Essa manutenção só é possível porque é sustentada por uma base de silenciamento e cumplicidade social.

(...) se estabelece uma relação onde o "bater na mulher" significa prestígio masculino, e que, este "bater nas mulheres" é condição de mais prestígio para os homens no espaço comunitário masculino: Dá-se aí a replicação da masculinidade, de tal forma, que se convertem nos "grandes homens". Estabelece-se assim não somente uma relação hierárquica entre cada homem e sua mulher, mas entre a categoria dos homens e a categoria das mulheres. Se, em geral, o bater nas mulheres se faz no interior das relações conjugais, a visibilidade dos grandes homens se quer expressa nas suas relações. Como categoria, eles replicam entre si as características de grandes homens ao baterem nas pequenas mulheres (Zanotta, 2010. p. 108).

A ideia de que “em briga de marido e mulher ninguém mete a colher” reafirma a divisão entre o ambiente público (sociedade) e privado (vítimas). Essa divisão é um dos pilares do patriarcado e contribui para a impunidade dos agressores.

É fundamental destacar, também, que a violência doméstica não atinge todas as mulheres da mesma forma. As mulheres negras enfrentam as violências sob uma outra perspectiva, resultante da intersecção entre racismo, sexismo e classismo. A socióloga Patrícia Hill Collins (1990) aponta que “raça, classe, gênero e sexualidade constituem sistemas de opressão que se constroem mutuamente” (p.415). Esse pensamento rompe com a ideia de mulher universal.

A Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher Negra divulgada pelo Datafolha (2024) mostra que, em 2022, 202.608 brasileiras sofreram algum tipo de violência, sendo que a maioria eram mulheres negras, com um total de 112.162. Djamila Ribeiro (2017) afirma que

o não reconhecimento de que partimos de lugares diferentes, posto que experienciamos gênero de modo diferente, leva a legitimação de um discurso excludente, pois não visibiliza outras formas de ser mulher no mundo. Essa atenção ao que a autora chama de evasão de responsabilidade das mulheres brancas, por não se comprometerem com a mudança, pode ser entendida como uma falta de postura ética em pensar o mundo a partir dos seus lugares. O fato de não demarcarem esses lugares e seguirem ignorando que existem pontos de partida diferentes entre mulheres, faz com que essas mulheres brancas sigam ignorando suas tarefas em se questionarem e, conseqüentemente, reproduzam opressões contra mulheres negras (p. 29).

Dessa forma, para enfrentar a violência doméstica é preciso considerar as desigualdades estruturais que colocam as mulheres negras em maior risco.

Carla Akotirene (2018) reflete a respeito do “fracasso do feminismo em contemplar mulheres negras” (p. 14), pois, muitas vezes, o feminismo tradicional, dito branco e de classe média, ignora as experiências das mulheres negras ao tratar “mulher” como categoria homogênea, sem considerar as desigualdades raciais. A ideia dessa autora já havia sido discutida por Bell Hooks (1981)

As feministas brancas não desafiaram a sua tendência racista-sexista em usar a palavra “mulher” para se referirem apenas às mulheres brancas; elas apoiaram isso. Para elas, serviram duas propostas. Na primeira foi-lhes permitido proclamar os homens brancos como os opressores do mundo, enquanto faziam parecer linguisticamente que não existia nenhuma aliança entre as mulheres brancas e os homens brancos baseada na partilha racial e imperialista. Na segunda, tornou-se possível às mulheres brancas agirem como se houvessem alianças entre elas e as mulheres não brancas na nossa sociedade e fazendo isso, elas conseguiram desviar a atenção do seu classicismo e racismo (p. 101).

Essa ideia universalista do conceito de “mulher” se reflete fortemente nas políticas públicas de combate a violência doméstica. Esse pensamento invisibiliza mulheres negras justamente por ser elaborado de um ponto de vista majoritariamente branco. “O fato de mulheres e meninas negras estarem situadas em pelo menos dois grupos subordinados que, frequentemente, perseguem agendas contraditórias, dando impressão de que todas as violências policiais dilatadas para o sistema penal são contra homens negros. Todas as violências domésticas dilatadas para o encarceramento feminino ou feminicídios são impostas às mulheres brancas” (Akotirene, 2018).

Não bastasse isso, a violência contra mulheres negras encontra força e se mantém na solidão social que é imposta a essas mulheres. Essa solidão remota ao período escravista. Durante essa época, a mão de obra das mulheres negras escravizadas era destinada principalmente às tarefas e afazeres domésticos, mas ao apagar das luzes do engenho, essas

mulheres eram vítimas de violência físico-sexual, que acarretou num processo de miscigenação forçada (Souza, 2008).

Elas eram vistas como objetos sexuais e a elas era negado qualquer possibilidade de afeto ou respeito. Essa base escravocrata persegue mulheres negras até hoje. A história consolidou a ideia de que corpos negros femininos são corpos disponíveis e a rejeição nas relações afetivas e sociais ecoam até hoje (Costa, Santos, 2024).

Antes da pandemia de covid-19, o Brasil já enfrentava altos índices de violência doméstica. A Organização Mundial da Saúde (OMS) indica que uma em cada três mulheres no mundo já sofreu algum tipo de violência física ou sexual por parte de um parceiro ao longo da vida.

Com a chegada da pandemia e o isolamento social, o cenário que já era alarmante, se agravou (Oliveira, 2021). Segundo o relatório do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2023), intitulado “Visível e Invisível: A Vitimização de Mulheres no Brasil”, 28,9% das mulheres brasileiras relataram ter sido vítimas de algum tipo de violência no último ano da pandemia.

Com o isolamento social, mulheres se viram presas em casa com os seus agressores, ao mesmo tempo em que enfrentavam maiores dificuldades de acesso às redes de proteção à mulher, devido ao confinamento durante a pandemia de Covid-19. Todos esses fatores aumentaram a dependência dessas mulheres com os seus parceiros.

Nesse contexto, estudos do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2023) apontam para uma queda nos registros oficiais de lesões corporais dolosas. Em março-abril de 2020 registrou-se uma queda média de 25,5% nos registros comparado ao mesmo período de 2019.

Desde meados de março de 2020, com a intensificação da pandemia de Covid-19 em todo o mundo e especificamente no Brasil, diversos estados do país adotaram medidas de isolamento social com o objetivo de minimizar a contaminação da população pelo novo vírus. Embora essas medidas sejam extremamente importantes e necessárias, a situação de isolamento domiciliar tem como possível efeito colateral consequências perversas para as milhares de mulheres brasileiras em situação de violência doméstica, na medida em que elas não apenas são obrigadas a permanecerem em casa com seus agressores, mas também podem encontrar ainda mais barreiras no acesso às redes de proteção às mulheres e aos canais de denúncia. (Fórum Brasileiro De Segurança Pública, 2020, p.2).

Os dados do Atlas da Violência divulgados em 2023 reforçam a dimensão de raça, na violência doméstica e letal contra mulheres no Brasil. Segundo o levantamento, em 2021, 2.601

mulheres negras foram vítimas de homicídio, o que representa cerca de 67,4% de todas as mulheres assassinadas no país. A taxa de homicídios entre mulheres negras alcançou 4,3 mortes por 100 mil mulheres, enquanto, entre as não negras, a taxa foi de 2,4 por 100 mil.

A partir da experiência vivida na Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher, quando tive contato direto com um agressor preso em flagrante por descumprimento de Medida Protetiva de Urgência, tornou-se necessário buscar um referencial que ajudasse a compreender como esses homens percebem a própria violência.

A tese de Paixão (2016) abre um olhar para a experiência dos agressores. A autora entrevistou 23 homens que respondiam a um processo criminal por violência conjugal, todos presos em algum momento. Segundo a autora, os homens entendem, frequentemente, a violência conjugal como conduta natural

O discurso masculino revela ainda a compreensão de que os problemas conjugais são de interesse apenas do casal. Esta percepção reforça a percepção do senso comum de que problemas conjugais dizem respeito apenas ao casal, revelada em ditos populares como —em briga de marido e mulher ninguém mete a colher, deixando claro o entendimento social de que os problemas conjugais são de foro íntimo, não devendo ser discutidos publicamente, tampouco constituir-se enquanto objeto de intervenção do Estado (p.59).

Além disso, a autora aponta que, na perspectiva masculina, a violência é frequentemente reconhecida apenas quando deixa marcas físicas visíveis, de modo que “ameaças, provocações e insultos [podem] ser por vezes negadas como comportamento violento” (Paixão, 2016, p. 61).

Ainda de acordo com esse estudo, os homens não compreendem o porquê do flagrante, por não se reconhecerem violentos. “Essa incompreensão faz com que a responsabilização do fato seja direcionada para a companheira, conforme encontrado neste estudo, quando o homem justifica que o ocorrido se deu por revide a uma ação iniciada pela mulher” (Paixão, 2026, p. 59).

#### **4. Caminhos da investigação**

Este trabalho adotou uma abordagem quali-quantitativa, na busca por compreender os casos de violência doméstica, envolvendo mulheres negras em Juazeiro-BA, durante a pandemia de covid-19. A decisão de integrar abordagem qualitativa e quantitativa ocorreu pela necessidade de articular dados objetivos, como número de denúncias e atendimentos por partes dos órgãos que compõem a Rede de Enfrentamento a Violência Doméstica (Centro Integrado de Atendimento à Mulher e Ronda Maria da Penha), as tipificações das violências, bem como o perfil do agressor, com as vivências subjetivas dessas mulheres, através de entrevistas.

Bueno (2018) caracteriza a pesquisa quantitativa como uma abordagem que investiga

relações de causalidade entre as variáveis. Já a abordagem qualitativa está interessada em interpretar e conhecer o fenômeno e seus significados de maneira aprofundada. Esse autor ainda explica que pode haver uma integração dos métodos. É o que ele chama de abordagem mista. “Projetos de pesquisa mistos podem ser de natureza sequencial (em primeiro lugar, efetua-se uma pesquisa quantitativa e, posteriormente, uma pesquisa qualitativa, ou o inverso) ou concomitante (as coletas de dados ocorrem ao mesmo tempo)” (Bueno, 2018, p.27).

Ainda segundo esse pesquisador, as análises de natureza mista, que se apresentam como a combinação das duas abordagens tornam possível o uso de diferentes estratégias de coleta de dados e análise e amplia a investigação, pois permite compreender tanto o que acontece quanto por que e como acontece.

Nas últimas duas décadas, a integração entre métodos quantitativos e qualitativos atingiu grande convergência. Cada vez mais são construídos bancos de dados comuns, nos quais os resultados oriundos de métodos quantitativos são utilizados em conjunto com resultados obtidos por métodos qualitativos, de forma que um dá mais força para o outro, e vice-versa (Bueno, 2018 p. 27)

Minayo apud Lima et.al (2014) propõe o uso da abordagem mista para analisar a realidade social em sua totalidade. Essa autora vai sugerir que a superação da dicotomia existente entre objetividade (abordagem quantitativa) e subjetividade (abordagem qualitativa) fortaleceria ainda mais a análises de fenômenos multifacetados como é o caso da violência doméstica. “A pesquisa quantitativa deve ser utilizada porque avalia a regularidade do fenômeno, e a qualitativa faz a análise das expressões humanas presentes nas relações, nos sujeitos e nas representações” (p.2).

Para iniciar a compressão do fenômeno estudado foi realizada uma pesquisa bibliográfica. Segundo Gil (2008, p. 44), “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos.” Esse autor destaca que “embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho desta natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas” (p. 69). Esse tipo de pesquisa é fundamental em estudos do campo das ciências sociais, pois permite “compreender como o fenômeno vem sendo discutido na literatura” (p. 93). Ele ainda ressalta que a pesquisa bibliográfica possibilita selecionar e organizar informações a partir da leitura de livros e artigos, o que contribui para formular planos de pesquisa (p. 97).

De maneira complementar, Marconi e Lakatos (2003, p. 183) explicam que “a pesquisa bibliográfica proporciona um exame minucioso de livros, artigos, revistas e documentos que tratam do problema de pesquisa, permitindo o levantamento de teorias, abordagens e métodos”.

Nesse sentido, a pesquisa bibliográfica faz com que o pesquisador entre em contato direto com tudo que já foi escrito e elaborado sobre determinado assunto.

As autoras avaliam a pesquisa bibliográfica não como uma repetição do que já existe, mas sim “o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras” (p. 182). Além disso, destacam que a pesquisa bibliográfica “é um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados”, sendo uma “fonte indispensável de informações, podendo até orientar as indagações” do pesquisador, fator essencial para a definição e delimitação do problema e dos objetivos (p. 157- 158).

A partir dessa perspectiva, a pesquisa se desenvolveu, primeiramente, com a escolha e delimitação do tema. Foi necessário, portanto, realizar um processo de afinamento de ideias até chegar ao recorte central da investigação. Definido o tema geral, tornou-se possível identificar o problema e traçar os objetivos, tanto gerais quanto específicos.

A seleção das fontes bibliográficas seguiu a proposta de priorizar autoras que discutem temáticas e conceitos diretamente relacionados ao objeto escolhido. Essa opção, em sua maioria por vozes femininas, foi intencional. Considerando que o propósito principal deste trabalho é valorizar as perspectivas das mulheres, não me pareceu coerente deixar de priorizá-las também no campo das referências utilizadas. Afinal, quem melhor para falar de nós, senão nós mesmas?

Seguindo essa linha de raciocínio, a primeira etapa da elaboração do referencial teórico deste projeto de TCC foi a realização da pesquisa bibliográfica, com base em autores que investigam as temáticas de violência doméstica, interseccionalidade, pandemia, etc. Para tanto, foram utilizadas fontes acadêmicas como Scielo, Google Acadêmico, Saber Aberto, para identificar livros, artigos, dissertações e teses que pudessem contribuir para a elaboração teórica do trabalho. Com o auxílio da professora Maria Lima, selecionamos os textos que mais se pareciam com o tema que eu estava me propondo a discutir.

Este trabalho também utilizou como método a pesquisa documental, que foi analisada a partir da coleta de dados estatísticos e documentos produzidos por instituições públicas. Segundo Cellard (2008), o documento é um vestígio; é uma fonte que pode ser interrogada a partir de questões elaboradas pelo pesquisador. Ele afirma que, o documento, frequentemente, “permanece como o único testemunho de atividades particulares ocorridas num passado recente” (p.295)

Graças ao documento, pode-se operar um corte longitudinal que favorece a observação do processo de maturação ou de evolução de indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades, práticas, etc., bem como o de sua gênese até os nossos dias (Cellard apud Alves et al., 2008, p. 295)

Corroborando com essa perspectiva, Marconi e Lakatos (2003), caracterizam que a

pesquisa documental pelo uso de fontes primárias, escritas ou não, que podem conter o registro de fenômenos, coletados no momento em que ocorreram ou posteriormente. Essa abordagem permite que o pesquisador tenha acesso a materiais brutos, que não receberam tratamento analítico e que podem ser reelaborados para atingir os objetivos específicos da pesquisa. Os autores afirmam que “para cada tipo de fonte fornecedora de dados, o investigador deve conhecer meios e técnicas para testar tanto a validade quanto a fidedignidade das informações” (Marconi e Lakatos, 2003, p.175).

Para a coleta de dados e documentos utilizados na elaboração deste trabalho, o primeiro passo foi identificar quais órgãos poderiam contribuir com informações relevantes. Esses órgãos foram mapeados a partir dos instrumentos que atuam diretamente na linha de frente da Rede de Enfrentamento à Violência Doméstica em Juazeiro (BA).

Para esta pesquisa, foram selecionados cinco órgãos que compõem a Rede de Enfrentamento à Violência Doméstica em Juazeiro (BA) e que atuam no primeiro contato com a mulher vítima de violência: o Centro Integrado de Atendimento à Mulher (CIAM), a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM), a Ronda Maria da Penha, a Patrulha Maria da Penha e o Ministério Público.

Em conversas com a professora Maria Lima, fui alertada sobre a dificuldade em obter dados primários referentes à quantidade de denúncias e medidas protetivas da DEAM e do Ministério Público. Essa previsão se confirmou durante o processo de coleta. Mesmo com as solicitações formais encaminhadas por ofício, os dados dessas duas instituições não foram disponibilizados em tempo hábil para inclusão na análise.

Além disso, não foi possível incorporar informações da Patrulha Maria da Penha, uma vez que sua atuação no município teve início apenas em 2023, dois anos após o período delimitado por esta pesquisa, que abrange os anos de 2020 a 2022, marcados pela pandemia da Covid-19. Dessa forma, o estudo concentrou-se na análise dos registros do CIAM e da Ronda Maria da Penha, instituições cujos dados permitiram observar os fluxos de acolhimento, atendimento e finalização de casos de mulheres em situação de violência doméstica durante o período analisado.

Na coleta de dados foi possível observar que enquanto o CIAM organiza seus registros a partir da entrada das mulheres em atendimento, a Ronda adota como critério o encerramento do acompanhamento. Essa diferença temporal implica que uma mesma mulher, que tenha buscado acolhimento no CIAM em 2020, pode somente aparecer nos dados da Ronda anos depois, quando o atendimento foi finalizado.

A coleta de dados iniciou ainda no semestre anterior (2025.1) para a construção do pré-

projeto de pesquisa. O primeiro órgão que busquei esses dados foi o CIAM. A coleta ocorreu mediante solicitação formal, via ofício encaminhado pela universidade. Para esse primeiro momento, o objetivo era obter informações sobre o número de mulheres atendidas no período e a raça. Após iniciar de fato a construção do TCC, retornei até o CIAM na busca por dados mais específicos como a tipificação das violências sofridas (física, psicológica, sexual, moral ou patrimonial) e o perfil do agressor.

O recorte temporal partiu de 2019, justamente para possibilitar comparações e verificar se a pandemia de Covid-19 impactou as notificações de casos. Os dados do CIAM não estavam armazenados no computador. Foi necessário um trabalho de organização feito inicialmente por Dona Gorete, assistente social do CIAM, e posteriormente por mim. Ela solicitou que eu a auxiliasse na transferência dos dados para uma planilha no excel. Os dados foram organizados, armazenados e categorizados, possibilitando sua análise quantitativa de maneira mais direta.

A experiência com a Ronda Maria da Penha foi parecida. Embora o órgão tivesse seus dados gerais registrados, o que interessava à minha pesquisa, como os indicadores de raça, exigia um mergulho minucioso, caso a caso, em pilhas de documentos físicos. O processo, ainda que exaustivo, remetia ao jornalismo investigativo retratado em filmes como *Spotlight*, uma prática quase artesanal, feita com as mãos, mas distante da instantaneidade do digital.

Antes mesmo de iniciar o trabalho de leitura, fui informada de que os dados ali disponibilizados diziam respeito às “finalizações”, termo utilizado pela Ronda Maria da Penha para designar os casos encerrados, seja por arquivamento do processo, por vontade da vítima, ou pelo fim da fiscalização da Medida Protetiva de Urgência (MPU). A notícia, num primeiro momento, trouxe frustração. Mas logo se transformou em oportunidade, pois a Ronda é um dos equipamentos que mais mantém contato direto com as mulheres assistidas, acompanhando-as quase que mensalmente. Nesse sentido, o órgão se mostrou não apenas um espaço de coleta de informações, mas também uma ponte fundamental para a busca de fontes humanas. Foi justamente ali que encontrei duas das três mulheres presentes no livro-reportagem.

Para análise dos dados foram utilizadas técnicas de estatística descritiva. Segundo Bussab e Morettin (2010) essa técnica reúne procedimentos destinados a organizar, resumir e apresentar dados, por meio de tabelas, gráficos e medidas-resumo.

A análise sobre os dados de violência doméstica em Juazeiro seguiu essa abordagem que combina a exploração visual dos dados com a organização das informações. Foram utilizados, principalmente, tabelas de frequência e gráfico de barras. As tabelas de frequência ajudaram a organizar os dados categóricos como raça e tipos de violência, facilitando a visualização de quantas ocorrências haviam em cada categoria. “A análise de um conjunto de

dados por meio de técnicas gráficas permite que tenhamos uma boa ideia da distribuição desse conjunto” (p. 120).

Os gráficos de barras foram utilizados para mostrar a quantidade de casos em cada categoria dessas variáveis. Esses gráficos ajudam a perceber facilmente qual categoria é mais frequente ou menos comum, além de facilitar comparações visuais. Segundo o livro, “o gráfico em barras consiste em construir retângulos ou barras, em que uma das dimensões é proporcional à magnitude a ser representada” (p.32).

Essa abordagem inicial serviu para identificar padrões e possíveis diferenças entre grupos. Também foi importante verificar se havia categorias com poucos casos ou valores que se destacavam.

O documento de grande relevância para a elaboração desta pesquisa foi a Lei nº11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha. Ela foi o ponto de partida para a compreensão da temática e, sobretudo, para o entendimento dos direitos assegurados às mulheres no enfrentamento a violência doméstica e familiar. Ao longo do desenvolvimento do trabalho, a Lei foi usada como fonte constante de referência, acima de tudo, por representar um marco civilizatório na luta pelos direitos das mulheres no Brasil. A Lei foi analisada e interpretada para, também, verificar o funcionamento desta dentro da Rede de Enfrentamento à Violência Doméstica na cidade.

Além dela, outras diretrizes legais e legislações municipais também foram consideradas, com o objetivo de situar a análise dentro do contexto específico do município de Juazeiro (BA), tais como a lei 3.123/2023 que cria a Patrulha Maria da Penha na Guarda Civil Municipal do Município.

Para a coleta de dados empíricos foi utilizada a técnica de entrevista semiestruturada. Foram entrevistadas mulheres negras heterossexuais que sofreram algum tipo de violência doméstica durante o período da covid-19, com o objetivo de compreender as vivências dessas mulheres, a partir de um olhar interseccional.

Para construção do livro-reportagem, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas por se tratar da investigação de um tema sensível e a técnica favorece a escuta ativa e empática. Segundo Minayo (2012), esse tipo de entrevista “parte de um roteiro básico, mas permite liberdade de aprofundamento de acordo com o fluxo da conversa e os elementos trazidos pelo entrevistado” (p.61).

Foram pré-elaboradas 37 perguntas, que serviram como guia para a entrevista com o objetivo de manter uma linearidade nos relatos e realizar comparações em alguns aspectos,

principalmente no que tange as interseccionalidades presentes na vida dessas mulheres. No entanto, como a entrevista semiestruturada prevê, outras perguntas surgiram durante a conversa, a partir do que era exposto pelas entrevistadas.

Como método para interpretar os relatos presentes nas entrevistas, utilizamos a análise do discurso de orientação francesa, proposta por Michel Pêcheux e desenvolvida no Brasil por Eni Orlandi. Essa abordagem compreende o discurso como uma prática atravessada por ideologias, pela história e pelas relações de poder. Nesse sentido, mais adequada para interpretar os sentidos produzidos nas falas das mulheres que serão entrevistadas. Orlandi apud Marani (2000) explica que

pela natureza incompleta do sujeito, dos sentidos, da linguagem (do simbólico), ainda que todo sentido se alinhe a uma rede de constituição, ele pode ser um deslocamento nessa rede. Entretanto, há também injunções à estabilização, bloqueando o movimento significante [...] Para a análise de discurso, através da ideologia ocorre a naturalização das hegemonias decorrentes dos conflitos históricos. Em termos discursivos, ao silenciar a relação do histórico e do simbólico, instituindo a evidência dos sentidos, a ideologia apaga o agir das interpretações. (p.5)

Essa afirmação alinha-se com a ideia de que o discurso é efeito de sentidos, ou seja, é necessário compreender que as falas das entrevistadas não são neutras ou isoladas, mas trazem consigo marcas sociais.

A análise se concentrou também em quem fala, de onde fala e em que contexto, nos silêncios, nas contradições, nas repetições, elementos que são centrais na construção de significados em contextos delicados. Segundo Orlandi apud Marani (200), a análise do discurso deve também abrir espaço para o que não é dito ou silenciado por não se alinharem com os sentidos e valores hegemônicos.

Orlandi mostra, por um lado, o ilimitado dos processos de produção das significações que constituem o silêncio fundante e, por outro, as censuras e os limites impostos pelas políticas de silenciamento. O trabalho de análise, portanto, deve sempre considerar não apenas o que está sendo dito, mas também o que não pode ser dito ou o que é dito para que se impeça de dizer outras palavras. (Marani, 2000, p.7).

## **5. Livro-reportagem**

Como produto final deste trabalho, decidi escrever um livro-reportagem, gênero que possibilita a investigação jornalística articulada com a narrativa. A escolha desse produto foi feita a partir da vontade de ampliar a compreensão da realidade vivida pelas mulheres vítimas de violência doméstica na pandemia, através de uma narrativa sensível e aprofundada.

Lima (2009) afirma que o livro-reportagem consiste na “(...) a horizontalização do

relato – no sentido da abordagem extensiva em termos de detalhes – e também sua verticalização – no sentido de aprofundamento da questão em foco, em busca de suas raízes, suas implicações, seus desdobramentos possíveis (...)”(p.26).

Essa estrutura horizontal e vertical permite que o livro ultrapasse a superficialidade dos fatos. Para Lima (2009),

Se cabe ao jornalismo informar e orientar, cabe ao seu subsistema, o livro-reportagem, informar e orientar com profundidade, transformando-se este último papel num instrumento complementar e extensor dessa função declarada [...] de modo que ofereça ao leitor um quadro da contemporaneidade capaz de situá-lo diante de suas múltiplas realidades, de lhe mostrar o sentido, o significado do mundo contemporâneo (p.40).

É nesse sentido que a escolha do produto se alinha com o propósito da pesquisa em ir além de apenas registrar as estatísticas e apresentar as vozes das entrevistadas.

Além de caracterizar o livro-reportagem como um espaço de aprofundamento narrativo e investigativo, Lima (2009) propõe um proposta de classificação para o gênero que abrange diferentes grupos: livros-reportagem-perfil; depoimento, retrato, ciência, história, consciência, instantâneo, atualidade, antologia, denúncia, ensaio e viagem..

Este trabalho se enquadra como um livro-reportagem-ensaio, conforme a classificação proposta por Lima (2009). Esse tipo de livro-reportagem se caracteriza pela forte presença do autor, pela análise subjetiva e pela interpretação dos fatos. No livro-reportagem-ensaio, o olhar de quem escreve conduz o leitor, problematiza, interpreta e compartilha suas inquietações. Como aponta Lima (2009), trata-se de uma obra que permite ao autor expor suas opiniões e reflexões, fazendo uso predominante da função expressiva da linguagem e, frequentemente, da narrativa em primeira pessoa (p. 55).

A escolha por essa tipologia nasce da natureza do próprio percurso desta pesquisa. Ao mesmo tempo em que o livro descreve o funcionamento dos instrumentos da Rede de Enfrentamento à Violência Doméstica em Juazeiro (BA) e analisa como cada um atuou durante a pandemia da Covid-19, ele também se constrói a partir das minhas vivências enquanto pesquisadora, das minhas impressões de campo e das dúvidas que me atravessaram.

Durante a pesquisa nos arquivos da Ronda Maria da Penha, lugar onde selecionei as personagens do livro-reportagem, percebi que a ideia inicial de entrevistar uma mulher para cada tipo de violência, se mostrava inviável. A maioria das mulheres havia vivenciado mais de um tipo de agressão, revelando como as violências raramente acontecem de forma isolada.

Nesse momento, em diálogo com a professora Maria, decidimos trilhar outro caminho. Buscamos, a partir dali, compreender como a violência costuma se instaurar. Observamos que,

de forma recorrente, ela tem início na dimensão psicológica e, gradualmente, avança para as demais, sendo a violência física, muitas vezes, a última a ser perpetrada e a primeira a ser reconhecida.

A partir dessa constatação, a seleção das participantes passou a ser guiada pelos relatos registrados nos prontuários da Ronda. Foi nesse material que encontrei as histórias que dariam corpo à pesquisa, separadas inicialmente em duas grandes pilhas de documentos

O processo de seleção dessas mulheres ocorreu por eliminação. A cada ano, destaquei os casos de mulheres negras que haviam encerrado o acompanhamento com a Ronda Maria da Penha por arquivamento da Medida Protetiva de Urgência (MPU) ou por se sentirem seguras para seguir sem o apoio institucional. Deliberadamente, deixei de lado os registros de mulheres que interromperam o acompanhamento por terem reatado com o agressor. Não por considerá-los irrelevantes, mas por entender que esse recorte mereceria uma investigação específica em outra pesquisa. Entre as selecionadas, limitei-me aos casos de violência cometida por companheiros ou ex-companheiros.

A partir daí, iniciei a leitura detalhada dos prontuários. Foi necessário um olhar atento para não querer abarcar todas as histórias. Ao fim de três tardes de imersão, havia selecionado 17 mulheres. Além dessas, outras dez foram separadas como reserva, para o caso de nenhuma das primeiras aceitarem o convite.

O contato com essas mulheres não partiu diretamente de mim, foi intermediado pela própria Ronda Maria da Penha. Essa escolha teve duas razões: garantir que elas tivessem plena liberdade de decisão quanto à participação e, ao mesmo tempo, assegurar a preservação de suas identidades e a manutenção da relação de confiança já existente com a instituição.

A equipe da Ronda solicitou que eu redigisse uma mensagem de apresentação, explicando os objetivos e o propósito da pesquisa, para que pudesse ser encaminhada às possíveis participantes. Assim foi feito. Pouco tempo depois, recebi o retorno de que três mulheres haviam aceitado o convite.

Dessas três, duas se encaixaram nos critérios definidos para o trabalho. A outra, se auto declarava branca, questão que passou despercebida por mim na hora de selecionar. O contato inicial com ambas aconteceu pelo WhatsApp, através da mediação prévia da Ronda, que me forneceu os números de telefone. Na semana seguinte, já tínhamos as duas entrevistas agendadas. O local de escolha das entrevistadas foi suas próprias casas.

A terceira mulher é alguém da minha própria família. Desde o início do projeto de pesquisa, ela já figurava como uma possível participante. Eu conhecia sua história e sabia que

se encaixava nos critérios definidos para o estudo.

Quando iniciei o processo de busca por entrevistadas, entrei em contato com ela por mensagem de WhatsApp, explicando o projeto e perguntando se estaria disposta a participar. Ela topou e a entrevista aconteceu de forma remota, uma decisão necessária, já que ela havia deixado a cidade para fugir do agressor.

As entrevistas foram gravadas pelo gravador do celular, com autorização de todas as mulheres. A gravação serviu somente para recordar pontos específicos da história. As gravações duraram entre 1h30 e 2h. Alguns pontos relevantes foram anotados em um caderno que carreguei comigo em todos os momentos.

Após cada entrevista, a decupagem foi feita pelo aplicativo Office da Microsoft, que disponibiliza uma ferramenta de transcrição automática, que ajudou no aceleração do processo. A partir daí começou um dos processos mais difíceis da escrita do livro. Por as mulheres não seguirem uma linha cronológica muito bem definida nos relatos, gastei um bom tempo na organização das linhas de raciocínio, a fim de construir uma narrativa coerente e fidedigna das histórias.

O livro-reportagem *“Depois do Silêncio”*, contém 153 páginas, divididas em 12 capítulos. A introdução “Quando o feminismo negro me encontrou” nasceu a partir de um relato pessoal, nele eu conto um pouco da minha história e os motivos que me levaram a escolher o tema como objeto de estudo no trabalho de Conclusão de Curso. Por ser uma pesquisa de natureza quanti-qualitativa, neste capítulo também estão alguns dados nacionais e regionais a respeito da Violência Doméstica contra a mulher.

O livro-reportagem está dividido em duas partes. Na primeira, que abrange os capítulos 1 ao 5, busquei apresentar cinco instrumentos da Rede de Enfrentamento a Violência Doméstica em Juazeiro (Ba), que atuam na linha de frente do atendimento às mulheres vítimas. Durante esses capítulos tracei o caminho feito por essas mulheres depois de serem vítimas, por isso, o primeiro capítulo “O começo do caminho” é sobre a Delegacia Especializada em Atendimento à Mulher, pois lá, na maioria das vezes, é o primeiro lugar em que a mulher é acolhida. Depois, no segundo capítulo “A manifestação que protege”, o caso dela é encaminhado para o Ministério Público onde o juiz expede a Medida Protetiva de Urgência (MPU).

O terceiro capítulo “Entre a denúncia e a medida” apresenta a Patrulha Maria da Penha, que atua no intervalo em que a mulher denuncia e a MPU é expedida pelo juiz. No quarto capítulo “Ronda perto dela, agressor longe”, conhecemos a Ronda Maria da Penha que, após a entrega da MPU, fiscaliza o cumprimento dessa medida, por parte do agressor, através da vítima. No

quinto capítulo “Cuidar também é proteger”, surge o Centro Integrado de Atendimento à Mulher (CIAM), que presta atendimento social, psicológico e jurídico às mulheres vítimas de Violência Doméstica.

Apesar de saber que os caminhos feitos por muitas mulheres podem não ser exatamente esse, decidi por organizar dessa forma para melhor compreensão de como a Rede de Enfrentamento a Violência Doméstica de Juazeiro (BA) se articula.

O sexto capítulo “O endereço do silêncio” apresenta um pouco da Casa Abrigo, um lugar sigiloso onde mulheres vítimas de violência que estão com risco iminente de morte são levadas para que possam sobreviver. Apesar das poucas informações disponíveis sobre o tema, tanto por questões de segurança quanto pela falta de registros públicos, decidi incluí-lo na narrativa, pois a Casa Abrigo foi motivo de muitas inquietações minhas ao longo da pesquisa.

No sétimo capítulo “Confinamento dentro do confinamento” está uma análise da atuação dos instrumentos de enfrentamento a violência doméstica em Juazeiro no período da pandemia. Muitos deles tiveram seus serviços reduzidos e o capítulo mostra como as equipes lidaram com isso.

Na segunda parte do livro estão os relatos das mulheres. Do oitavo ao décimo capítulo estão registradas as histórias de 3 mulheres negras que foram vítimas de Violência Doméstica durante a pandemia de Covid-19, em Juazeiro (BA). São elas: Zanita, Graziela e Lara.

O último capítulo “O meu silêncio depois do silêncio alheio” fala sobre uma experiência pessoal vivenciada em uma das visitas que fiz à Delegacia Especializada em Atendimento à Mulher. Fui até lá em busca de dados, mas encontrei mais do que isso. Conversei com mulheres que foram ali para denunciar e tive contato com um agressor que havia sido preso em flagrante por descumprimento de Medida Protetiva de Urgência.

O último capítulo fala sobre uma experiência pessoal vivenciada em uma das visitas que fiz à Delegacia Especializada em Atendimento à Mulher. Fui até lá em busca de dados, mas encontrei mais do que isso. Conversei com mulheres que foram ali para denunciar e tive contato com um agressor que havia sido preso em flagrante por descumprimento de Medida Protetiva de Urgência.

Ao longo de duas horas observei como ele tentava, diante dos policiais, negar o crime, desqualificar a vítima, apelar para a empatia masculina e para a religiosidade. Ao mesmo tempo que, fora das vistas dos policiais, insultava e ameaçava a mulher, mesmo dentro de um espaço que deveria simbolizar proteção.

Para compreender melhor esse comportamento, no âmbito psicológico, entrevistei a

psicóloga Eugamma Coelho, que atua no Grupo Reflexivo de Relações Interpessoais (GRRI) desde setembro deste ano. O Grupo atua em Juazeiro (BA) desde 2016 no trabalho com homens autores de violência doméstica e familiar contra a mulher. A política pública visa fazer cumprir o dever instituído pela própria Lei Maria da Penha que diz no art.22 VI e VII que entre as medidas adotadas pelo juiz como medidas protetivas estão o “comparecimento do agressor a programas de recuperação e reeducação; e acompanhamento psicossocial do agressor, por meio de atendimento individual e/ou em grupo de apoio”.

O GRRI está hoje sob a coordenação de Maria Quitéria Lima, que conta com o apoio de uma equipe multidisciplinar com psicólogos, assistentes sociais e jurídicos. O trabalho é programado em 10 encontros quinzenais com grupos de 15 homens, onde eles discutem e refletem sobre os próprios comportamentos. Além disso, o GRRI realiza palestras com o objetivo de prevenir novas ocorrências de violência doméstica. O Grupo atua na raiz da violência e aborda temas como a masculinidade tóxica e atual, dependência química e estudos sobre a Lei Maria da Penha.

### **5.1. As mulheres de pedra**

Apesar de a maioria das mulheres entrevistadas permitirem a utilização de seus nomes reais para a construção do livro, tive receio de que, ao revelar suas identidades, a paz que elas usufruem agora pudesse ser tirada delas novamente. E por isso, decidi que todas as mulheres receberiam nomes fictícios para preservação da identidade. Assim, as mulheres que compõem este livro receberam nomes inspirados em pedras. A ideia surgiu como uma epifania. Assim como as pedras, elas carregam em si a marca da resistência, foram lapidadas pelo tempo e sobreviveram às forças que tentaram destruí-las. Cada uma traz uma dureza e uma beleza particular.

Com a base dos nomes definida fui em busca de pedras que os significados remetessem a história de cada mulher. E encontrei. No entanto, o nome das pedras, por mais bonitos que fossem, não pareciam nomes humanos, e foi aí que nasceu a ideia de associar as pedras a nomes humanos reais, e elaborar o meu próprio significado a partir disso.

Entre todas, a pedra Amazonita foi a primeira a me atravessar e dela nasceu Zanita, a mulher que aprendeu a se reencontrar. A Amazonita é conhecida como a pedra da verdade interior e da cura emocional. De cor verde-azulada, ela acalma o coração e convida à reconciliação com o próprio reflexo. Dizem que desperta o que foi esquecido de si, e foi exatamente isso que vi na mulher que inspirou seu nome: alguém que se perdeu de si e estava

nessa

busca.

A pedra associada ao nome da segunda mulher, Graziela, é a Granada. A pedra do renascimento A Granada é uma pedra de renascimento. Entre os povos antigos, era usada como amuleto contra o medo e instrumento de cura para quem atravessava a escuridão. A cor vermelha representa a coragem que permanece viva mesmo depois da ferida. Essa energia da mudança de perda em renascimento, é a mesma que atravessa a mulher que inspirou Graziela. Ela foi ferida em sua identidade, teve o cabelo raspado como forma de punição, e ainda assim, renasceu das cinzas, como a própria pedra que a nomeia.

A terceira mulher recebeu o nome de Lara, que nasceu da Labradorita, pedra de reflexos azulados e metálicos que só revela sua beleza quando tocada pela luz. Dizem que ela protege viajantes, ilumina caminhos incertos e guia aqueles que atravessam períodos de escuridão. E Lara é essa mulher que precisou ter o caminho iluminado, que precisou fugir para viver e reinventar o sentido de lar. O nome nasceu da junção entre a pedra e o abrigo. Lar(a), o que ela perdeu. Os demais nomes presentes no livro-reportagem são reais.

Já o título “Depois do silêncio” foi escolhido a partir do olhar sobre o relato das mulheres que fazem esse livro. Elas que precisaram passar pelo silêncio imposto pela violência e reforçado pela pandemia de Covid-19, mas que ainda assim conseguiram romper o ciclo da violência para enfim seguir em frente.

O livro-reportagem “*Depois do Silêncio*” foi diagramado pela jornalista Irina Bernardes. Ele foi pensado em formato de e-book, por isso buscou priorizar a legibilidade, contraste e uma experiência de leitura confortável. O livro foi diagramado em tamanho 21,6 com x 14 cm, em orientação retrato, com margens de respiro de 3 cm na parte superior e inferior e 2,5cm nas laterais.

A hierarquia visual segue uma proposta tradicional, com títulos maiores que subtítulos e corpo de texto, mas incorpora recursos específicos para leitura digital, como páginas de transição e destaque para trechos selecionados.

A paleta utiliza, predominantemente o lilás, cor que remete ao combate à violência doméstica, em contraste com o preto e branco. A escolha da tipografia foi uma variação da família Lexend e Rubik Mono para títulos e subtítulos e EB Garamond no corpo do texto, que possui tamanho 18.

A capa de Depois do Silêncio apresenta uma composição visual marcada por uma paleta de tons lilases, que cria um ambiente estético delicado, porém impactante, em diálogo com a temática sensível abordada no livro. No centro da composição, há a silhueta de uma mulher negra. Essa figura funciona como símbolo da identidade das protagonistas da narrativa.

O título “*Depois do silêncio*” aparece dividido em duas linhas, com cada palavra sobreposta em faixas retangulares brancas que destacam o texto. Todos os elementos visuais presentes na capa (silhuetas, texturas, tipografias, paleta de cores e composições), assim como todos do livro, foram disponibilizados pela plataforma Canva, onde a arte final da capa também foi montada.

O processo de diagramação textual do livro foi realizado inicialmente através do Google Docs. Em seguida, esse material foi integrado à capa e aos demais elementos visuais dentro do Canva, que foi utilizado como ferramenta de finalização gráfica.

As frases inseridas ao longo do livro foram planejadas para funcionar como zonas de respiro, permitindo ao leitor parar, refletir e absorver o conteúdo apresentado. A estética dessas páginas de respiro mantém a mesma identidade visual da obra, as cores, fontes e composições seguem o padrão adotado na capa e no restante do projeto, para garantir unidade.

Além disso, foram incorporados elementos visuais de pedras, que dialogam diretamente com o significado atribuído às mulheres entrevistadas e já discutido anteriormente no memorial. No capítulo de cada mulher, aparece a cor da pedra que remete ao nome fictício.

## **6. Considerações finais**

Concluir este memorial é como voltar pelo caminho com um outro olhar para a realidade. Quando comecei a pesquisa, ainda procurava palavras para falar sobre Violência Doméstica, pandemia e mulheres negras. Hoje, depois de mergulhar em dados, leis, corredores de instituições, e principalmente, nas histórias de quem sobreviveu, compreendo que este trabalho nasceu de um encontro entre a minha própria trajetória enquanto mulher negra, o compromisso com a luta que fui construindo ao longo da vida e a escolha de fazer do jornalismo um instrumento de escuta e denúncia.

A pergunta que orienta o TCC — Como se configuraram os casos de violência doméstica contra mulheres negras em Juazeiro-BA durante a pandemia de Covid-19 (2020–2022)? — nunca foi somente um problema de pesquisa. Ela é a forma acadêmica de perguntar o que, na prática, significa viver o “fique em casa” quando a casa não é um lugar seguro. E mais que isso, perguntar quem são as mulheres que mais sofrem quando o mundo entra em uma crise global e as estruturas de proteção ficam enfraquecidas.

Os objetivos traçados — Estudar a violência doméstica envolvendo mulheres negras durante a pandemia de Covid-19 em Juazeiro-BA; Mapear os serviços oferecidos pela rede de enfrentamento à violência doméstica em Juazeiro-BA e entender como se deu o acesso no período pandêmico; Levantar e analisar dados do período, com recortes por raça/cor e vínculo

com o agressor; Apontar como as mulheres negras ficaram vulneráveis à violência doméstica durante a pandemia de Covid-19 em Juazeiro-BA; Escrever um livro-reportagem sobre os casos de violência doméstica abrangendo mulheres negras em Juazeiro-BA durante a pandemia de Covid-19 — ganharam forma a partir da combinação entre pesquisa bibliográfica, análise de dados e trabalho de campo. Os números do CIAM e da Ronda Maria da Penha mostraram aquilo que a literatura já apontava. As mulheres negras aparecem, na maioria das vezes, como as principais vítimas de violência atendidas.

O encontro com as mulheres que aceitaram contar suas histórias fez com que o livro ganhasse nome. Em *Depois do Silêncio*, livro-reportagem que acompanha este memorial, a violência doméstica deixou de ser número e passou a ser vida, memória, mudança de cidade, recomeço. Ao escolher o livro-reportagem ensaio, busquei uma forma narrativa que permitisse que o leitor(a) pudesse caminhar junto com essas mulheres, entender o antes, durante e depois da violência, com cuidado para não espetacularizar, mas também sem suavizar o que precisava ser dito com todas as letras.

O jornalismo, nesse percurso, ao mesmo tempo em que organiza dados, contextualiza leis e explica o funcionamento da rede de proteção, ele abre espaço para as histórias das mulheres. Este trabalho demonstra que não há como discutir violência doméstica no Brasil sem considerar raça, gênero e classe. E mostra que, mesmo diante de uma emergência sanitária global, os velhos problemas, como o patriarcado e o racismo estrutural, continuam com força dentro dos lares brasileiros.

Concluir este memorial também é reconhecer os limites da pesquisa. Os recortes feitos, tanto temporais quanto institucionais, não dão conta de demonstrar a totalidade da violência doméstica contra mulheres negras em Juazeiro, tampouco as múltiplas formas de violência que não chegam a ser registradas. Há histórias que não foram contadas, dados que não são disponibilizados, barreiras que não pude romper. No entanto, acredito que o trabalho cumpre o papel de colocar luz sobre um recorte da realidade. Ele demonstra os dados e as narrativas referentes a violência doméstica contra mulheres negras na pandemia e deixa contribuições para o debate e aperfeiçoamento das políticas de enfrentamento perante a crises.

Encerrar esse ciclo é gratificante. É despedida e vislumbre de futuro. Despedida de uma etapa acadêmica que me atravessou enquanto estudante de jornalismo, pesquisadora iniciante, mas principalmente como mulher negra, que precisou revisitar suas próprias experiências e referências. É sobre mim e sobre todas nós. E é vislumbre de futuro porque abre espaço para outras pesquisas, outras narrativas e outras escutas que reafirmem a importância das vidas negras.

Que este memorial e o livro-reportagem possam circular para além dos muros da universidade, fortalecer a Rede de Enfrentamento à Violência Doméstica de Juazeiro e, principalmente, lembrar que nenhuma mulher deveria precisar escolher entre sobreviver à violência e sobreviver a uma pandemia.

## 7. Referências

AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?** Belo Horizonte, MG: Letramento; Justificando, 2018. 144 p. (Feminismos Plurais).

ALVES, Laís Hilário; SARAMAGO, Guilherme; VALENTE, Lucia de Fátima; SOUSA, Angélica Silva de. **Análise documental e sua contribuição no desenvolvimento da pesquisa científica.** Cadernos da Fucamp, v. 20, n. 43, p. 51-63, 2021.

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno.** Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BANDEIRA, Lourdes Maria. **Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação.** Revista Sociedade e Estado, Brasília, v. 29, n. 2, p. 449-470, maio-ago. 2014..

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina.** tradução Maria Helena Kühner. – 2ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. 160p.

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.** Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano CXLIV, n. 151, p. 1, 8 ago. 2006.

BRASIL. **Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010.** Diário Oficial da União, 2010

BRASIL. **Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015.** Altera o Código Penal para incluir o feminicídio como circunstância qualificadora do homicídio e o inclui no rol dos crimes hediondos. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 152, n. 45, p. 1, 10 mar. 2015.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 23.878/2020.** Obriga os condomínios residenciais do estado da

Bahia a comunicar, aos órgãos de segurança, eventual ocorrência ou indício de violência doméstica e familiar contra mulheres, crianças, adolescentes ou idosos. Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 2020.

BUENO, José de França. **Métodos quantitativos, qualitativos e mistos de pesquisa**. [leitora Maria Imaculada Cardoso Sampaio]. Brasília, DF: CAPES: UAB; Rio de Janeiro, RJ: Departamento de Biblioteconomia, FACC/UFRJ, 2018. 192 p.

BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. (Título original: Gender Trouble — Feminism and the Subversion of Identity).

CANEZIN, Claudete Carvalho. **A mulher e o casamento: da submissão à emancipação**. (S.1.9, (s.n.), 2023. Documento PDF, 14 p.

CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. Tese (Doutorado em Educação) — Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CELLARD, André. **A Análise Documental**. In: POUPART, Jean et al. (Org.). *A Pesquisa Qualitativa: Fundamentos e Práticas*. 1. ed. São Paulo: Cortez; Brasília: Liber Livro Editora, 2003. p. 295-320.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2019. (Obra original publicada em 2000, 2009).

COSTA, Renata Gomes da; SANTOS, Paula Magalhães da Silva. **Problematizações sobre a violência contra as mulheres negras no contexto da pandemia de Covid-19**. *Mediações*, Londrina, v. 29, n. 2, p. 1–23, maio-ago. 2024.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEL RIO, Bárbara. **Marxismo e Feminismo: resenha de O patriarcado do salário** (Boitempo, 2021), de Silvia Federici. *Revista Cerrados*, Brasília, v. 32, n. 62, ago. 2023, p. 1-5.

FEDERICI, Silvia. **O patriarcado do salário: notas sobre Marx, gênero e feminismo**. São Paulo: Boitempo, 2021

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil** – 4ª edição – 2023. São Paulo: FBSP, 2023.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Atlas da violência 2023**. São Paulo; Brasília: FBSP; Ipea, 2023. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes/250/atlas-da-violencia-2023>.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 220 p.

HOOKS, bell. **Não sou eu uma mulher: mulheres negras e feminismo**. Tradução livre para a Plataforma Gueto. 1. ed. 1981. Disponível em: <https://plataformagueto.wordpress.com/>

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE – **Página inicial, c2025**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>

INSTITUTO DE PESQUISA DATASENADO. **Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher Negra**. Brasília, DF, 2024. 85 p.

**LEI nº 3.123, de 2023**. Cria a Patrulha Maria da Penha na Guarda Civil Municipal do Município de Juazeiro, Estado da Bahia, e dá outras providências. Juazeiro–BA, 2023. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/ba/j/juazeiro/lei-ordinaria/2023/313/3123/lei-ordinaria-n-3123-2023-cria-a-patrolha-maria-da-penha-na-guarda-civil-municipal-do-municipio-de-juazeiro-estado-da-bahia-e-da-outras-providencias>

LIMA, Edvaldo Pereira. **Páginas ampliadas: o livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura**. 4. ed. Barueri: Manole, 2009.

LOBO, Andréa de Paula et al. **COVID-19 no Brasil: evolução da epidemia até a semana epidemiológica 20 de 2020**. Epidemiologia e Serviços de Saúde, Brasília, v. 29, n. 4, p.

MACHADO, Lia Zanotta. **Feminismo em movimento**. 2. ed. São Paulo: Francis, 2010. 230 p.

MARANI, Bethania. **Análise do discurso - princípios e procedimentos.** Resenha do livro de Eni Puccinelli Orlandi, *Análise do discurso - princípios e procedimentos.* Campinas: Pontes, 1999. Revista ANPOLL, n. 8, p. 213-219, jan./jun. 2000.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. 310 p.

MILLET, Kate. **Política sexual.** Tradução de Alice Sampaio, Gisela da Conceição e Manuela Torres. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1973. 256 p. (Edição original: *Sexual Politics*, Doubleday & Company, Inc., Nova Iorque, 1969, 1970).

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 13. ed. São Paulo: Hucitec, 2013.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Painel Covid-19.** Disponível em:  
[https://infoms.saude.gov.br/extensions/covid-19\\_html/covid-19\\_html.html](https://infoms.saude.gov.br/extensions/covid-19_html/covid-19_html.html)

MORETTIN, Pedro Alberto; BUSSAB, Wilton Oliveira. **Estatística básica.** 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. 557 p.

OLIVEIRA, Joyce Maria Lopes de. **Lei Maria da Penha: a (in)eficácia das medidas protetivas nos casos de violência contra a mulher.** 2021. 42 f. Artigo científico apresentado à disciplina Trabalho de Curso II, Escola de Direito, Negócios e Comunicação, Curso de Direito, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2021.

OYEWÚMÍ, Oyèrónké. **A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero.** Tradução Wanderson Flor do Nascimento. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021. Disponível em:  
[https://www.professores.uff.br/ricardobasbaum/wp-content/uploads/sites/164/2022/05/Oyewumi\\_Oyeronke\\_A\\_Invencao\\_das\\_Mulheres.pdf](https://www.professores.uff.br/ricardobasbaum/wp-content/uploads/sites/164/2022/05/Oyewumi_Oyeronke_A_Invencao_das_Mulheres.pdf)

PAIXÃO, Gilvânia Patrícia do Nascimento. **Violência conjugal e a experiência jurídico-policia: vivência de homens em processo criminal.** / Gilvânia Patrícia do Nascimento Paixão. - Salvador, UFBA, 2016.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e direito constitucional internacional.** 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. 782 p.

PRADO, Marcelo Freitas do; ANTUNES, Bianca Brandão de Paula; BASTOS, Leonardo dos Santos Lourenço; PERES, Igor Tona; SILVA, Amanda de Araújo Batista da; DANTAS, Leila Figueiredo; BAIÃO, Fernanda Araújo; MAÇAIRA, Paula; HAMACHER, Silvio; BOZZA, Fernando Augusto. **Análise da subnotificação de COVID-19 no Brasil**. Revista Brasileira de Terapia Intensiva, v. 32, n. 2, p. 224-228, 2020.

RIBEIRO, Djamila. **O que é: lugar de fala?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2017. 112 p. (Feminismos Plurais).

RIBUNAL DE JUSTIÇA DA BAHIA. **Dados sobre medidas protetivas de urgência (2022)**. Relatório do TJ-BA sobre violência doméstica e feminicídio – ano 2022.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular; Fundação Perseu Abramo, 2015. 160 p.

SEGATO, Rita Laura. **Las estructuras elementales de la violencia: ensayos sobre género entre la antropología, el psicoanálisis y los derechos humanos**. Quilmes: Editorial Prometeo, 2010.

SILVA, Laize Santana. **Violência doméstica: impactos psicológicos e sociais na vida da mulher**. 2018. 43 f. Monografia (Especialização em Saúde da Família) – Instituto de Educação à Distância, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, 2018.

SOUZA, Aisha Isabella de; GRATÃO, César. **O estupro marital na vertente dos deveres conjugais**. Revista Raízes no Direito, Anápolis, v. 10, n. 1, p. 70-91, jan./jul. 2021.

SOUZA, Claudete Alves da Silva. **A solidão da mulher negra: sua subjetividade e seu preterimento pelo homem negro na cidade de São Paulo**. 2008. 188 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

SOUZA, Lídia de Jesus; FARIAS, Rita de Cássia Pereira. **Violência doméstica no contexto de isolamento social pela pandemia de covid-19**. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 144, p. 213–232, maio/set. 2022.

SOUZA, Luciane Leão de. **A tipificação do feminicídio no contexto da violência doméstica**

**no Brasil: uma análise crítica.** 2024. 119 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade Autônoma de Direito – FADISP, São Paulo, 2024.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social.** 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

UNIVERSITY OF OXFORD. **Our World in Data – COVID-19 Dataset.** 2022. Disponível em: <https://ourworldindata.org/coronavirus>

WERNECK, Guilherme Loureiro; CARVALHO, Marília Sá. **A pandemia de COVID-19 no Brasil: crônica de uma crise sanitária anunciada.** Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 36, n. 5,

## 8. Apêndices

### Apêndice 1 - Roteiro de perguntas para as mulheres vítimas de Violência Doméstica

#### Contexto pessoal

1. Como foi sua infância e adolescência?
2. Como era a relação com seus pais, irmãos e familiares?
3. Como enxergava o relacionamento dos seus pais (ou do casal mais próximo que acompanhava)?
4. Como foram os seus primeiros relacionamentos amorosos?

#### Raça e identidade

5. Em algum momento da vida você acha que já sofreu racismo?
6. Algum colega já fez piadas de mau gosto com você?
7. Você sente que sua cor/raça influenciou no modo como foi tratada ao longo da vida?

#### Gênero

8. Quando crescia, o que você ouvia sobre como uma mulher deveria se comportar?
9. Você já sentiu que precisou “se calar” ou “se adaptar” por ser mulher?

#### (in)dependência financeira

10. Durante o relacionamento com o agressor, você trabalhava?
11. Como era a rotina da casa? Você cuidava sozinha ou tinha ajuda?
12. Você sentia que o trabalho doméstico era valorizado?

#### O relacionamento com o agressor

13. Como vocês se conheceram?
14. Como era no início da relação?
15. Vocês foram casados? Têm filhos juntos? Quantos?
16. Ele sustentava a família? Você também contribuía?
17. Vocês brigavam muito? Quais eram os motivos mais comuns?
18. Onde vocês moravam quando começaram as violências?

#### Violência Psicológica

19. Quais foram as primeiras atitudes que te fizeram perceber que havia algo errado, mesmo antes de acontecer alguma agressão física?
20. Ele chegou a fazer ameaças contra você ou pessoas próximas?
21. Você sente que as marcas da violência psicológica foram mais difíceis de superar do que as da física?

#### Violência Moral

22. Durante o relacionamento, você já se sentiu humilhada ou diminuída por ele — em casa ou em público?

23. Ele já te acusou de algo que você não fez, como traição, preguiça ou irresponsabilidade?
24. Ele já espalhou mentiras, fofocas ou expôs sua vida pessoal para outras pessoas — como familiares, amigos, vizinhos ou nas redes sociais?

#### **Violência Patrimonial**

25. Ele já te impediu de trabalhar, estudar ou de ter sua própria renda?
26. Ele já vendeu ou ficou com objetos seus (celular, roupas, documentos, móveis etc.) sem sua autorização? Já destruiu algum objeto seu?
27. Houve situações em que ele te deixou sem condições de se manter financeiramente?

#### **Violência Sexual**

28. Em algum momento do relacionamento, você se sentiu forçada, pressionada ou constrangida a ter relações sexuais sem vontade?
29. Ele tentava decidir sobre o uso de métodos contraceptivos, impedindo ou obrigando você a engravidar?
30. Alguma vez ele te forçou ou pressionou em relação à gravidez, ao aborto ou à maternidade?

#### **Violência Física**

31. Você se lembra de quando foi a primeira vez que ele encostou em você de uma forma que te machucou ou te deixou com medo?
32. Como você se sentia depois de cada agressão?
33. Após a agressão, ele pedia desculpas ou tentava justificar de alguma maneira? Como?

#### **Lei Maria da Penha e acesso à rede de apoio**

34. Você conhecia a Lei Maria da Penha antes de procurar ajuda?
35. Quais serviços da Rede você utilizou (DEAM, CIAM, Ronda Maria da Penha, Patrulha, Defensoria, Vara, psicólogos, grupos de apoio)?
36. Hoje, você ainda tem acompanhamento de algum serviço da rede?
37. O que foi determinante para você romper o ciclo de violência buscar ajuda?

## Apêndice 2 - Termo de Confidencialidade e Consentimento Livre e Esclarecido



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CAMPUS III  
COLEGIADO DE JORNALISMO EM MULTIMEIOS**

### **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE DEPOIMENTO COM GARANTIA DE SIGILO E ANONIMATO**

Eu, XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, declaro estar ciente de que minha identidade será preservada.

AUTORIZO, por meio do presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), a pesquisadora YANNE CAROLINA DE SOUZA NASCIMENTO a colher meu depoimento e utilizar as informações fornecidas durante a entrevista sem a divulgação do meu nome, imagem ou qualquer dado que permita minha identificação.

O presente consentimento refere-se, especialmente, ao uso das informações (relatos, depoimentos e experiências) exclusivamente para fins científicos e acadêmicos, com ênfase no desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), intitulado “VIOLÊNCIA DOMÉSTICA ENVOLVENDO MULHERES NEGRAS (PRETAS/PARDAS) NA PANDEMIA DE COVID-19” que resultará em um livro-reportagem.

Declaro estar ciente de que minha identidade será protegida em conformidade com o inciso X do Art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil e com o art. 20 da Lei nº 10.406, de 2002 – Código Civil Brasileiro, que asseguram a inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas.

Fica garantido que: Meu nome verdadeiro não será publicado; Será utilizado um pseudônimo ou outra forma fictícia de identificação; Minha imagem, voz e quaisquer elementos que possam me identificar não serão divulgados; Tenho o direito de desistir da participação a qualquer momento, solicitando a exclusão de meu depoimento; Caso opte por continuar participando, posso reivindicar a qualquer momento a manutenção do sigilo sobre meu nome e depoimento.

Declaro, ainda, que compreendi todas as informações acima e concordo voluntariamente em participar.

JUAZEIRO-BAHIA, 06 de OUTUBRO de 2025.

---

Participante da Pesquisa

---

Pesquisador/a

---

Orientador/a